



UNIVERSIDADE FEDERAL CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NICÁCIA LINA DO CARMO

**GRUPOS DE PESQUISA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS PRESENTES NO
DIRETÓRIO DO CNPQ**

FORTALEZA
2020

NICÁCIA LINA DO CARMO

**GRUPOS DE PESQUISA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS PRESENTES NO
DIRETÓRIO DO CNPQ**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – PPGE/UFC, como requisito para obtenção do título de doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira. Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Educação popular e Escola. Eixo temático: Sociopoética, cultura e relações étnico-raciais.

Orientadora: Profa. Dra. Joselina da Silva.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C285g

Carmo, Nicácia Lina do.

Grupos de pesquisa sobre relações raciais presentes no Diretório do CNPQ /
Nicácia Lina do Carmo. – 2020.

78 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Joselina da Silva.

1. Relações raciais. 2. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. 3. Grupos de
Pesquisa. – relações raciais – Educação. I. Título.

CDD 370

NICÁCIA LINA DO CARMO

**GRUPOS DE PESQUISA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS PRESENTES NO
DIRETÓRIO DO CNPQ**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – PPGE/UFC, como requisito para obtenção do título de doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira. Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Educação popular e Escola. Eixo temático: Sociopoética, cultura e relações étnico-raciais.

Aprovada em 18/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joselina da Silva (Orientadora)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Profa. Dra. Sandra Haydée Petit
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Profa. Dra. Maria Simone Euclides
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Dedico este trabalho à minha mãe Tereza Lina do Carmo (*in memoriam*), porque sempre trabalhou e nunca mediu esforços para que eu estudasse. Sempre me incentivou a prosseguir nos estudos e participar de todos os eventos e oportunidades que surgissem na vida estudantil. Uma mãe exemplar!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser o meu refúgio, proteção e sempre guiar os meus passos e decisões.

À minha mãe, Tereza Lina do Carmo (in memorian) por ter feito o possível e o impossível por mim, por sempre me incentivar nos estudos, pelo carinho e todo amor dedicado a mim durante toda a sua vida!

Ao meu pai, Deusdete José do Carmo por ter me apoiado a continuar meus estudos; ao meu irmão, Acácio Lino do Carmo por sempre me ajudar e apoiar quando necessito; à minha cunhada, Joana Amélia de Araújo pelo carinho e amizade dedicados.

Às minhas tias, Alzira, Lina e Deuzinha por me apoiarem e sempre me aconselharem quando necessito.

À minha orientadora professora Dra. Joselina da Silva, pela sua intelectualidade, sabedoria transmitida, compreensão, paciência e dedicação à docência.

A todos os membros da banca de defesa desta tese de doutorado, pelas contribuições a serem dadas ao meu trabalho.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a construção dessa pesquisa durante toda a minha jornada.

RESUMO

Trata de estudo realizado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), registrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Está amparado nos seguintes questionamentos: Qual o universo dos grupos de pesquisa na área da educação que trabalham sobre relações raciais no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq? Quais as temáticas estudadas pelos Grupos de Pesquisa? Tem como objetivo geral investigar a abrangência dos grupos de pesquisa sobre relações raciais no diretório do CNPq, que desenvolvem estudos sobre as temáticas: Lei 10.639/03, igualdade racial, mulher negra, ações afirmativas, racismo institucional, movimento negro e africanidades. E como objetivos específicos: recuperar os grupos de pesquisa sobre as temáticas supracitadas; apresentar e refletir sobre os grupos de pesquisa e suas temáticas na área da educação; destacar instituições e regiões mais representadas pelos grupos e identificar as pesquisadoras líderes de grupos de pesquisa na área da educação da região nordeste. Apresenta uma pesquisa exploratória e descritiva realizada por meio das buscas e recuperação dos dados no Diretório desenvolvendo uma revisão bibliográfica sobre as temáticas estudadas nesta pesquisa. Expõe as áreas, instituições e regiões, das quais fazem parte os grupos de estudos. Realiza um recorte, selecionando as mulheres líderes dos grupos de pesquisa na área da educação da região nordeste. Conclui apresentando os resultados sobre os grupos de pesquisa identificados, as áreas, regiões e instituições, identificando as mulheres líderes dos grupos de estudos da região nordeste na área da Educação.

Palavras-chave: Relações raciais. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Grupos de Pesquisa – relações raciais – Educação.

ABSTRACT

It deals with a study carried out in the Directory of Research Groups in Brazil (DGP), registered by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). It is supported by the following questions: What is the universe of research groups in the field of education that work on race relations in the CNPq Research Groups Directory? What themes are studied by the Research Groups? Its general objective is to investigate the scope of research groups on race relations in the CNPq directory, which develop studies on the themes: Law 10.639 / 03, racial equality, black women, affirmative actions, institutional racism, black movement and Africanities. And as specific objectives: to recover the research groups on the aforementioned themes; present and reflect on research groups and their themes in the area of education; highlight institutions and regions most represented by the groups. It presents an exploratory and descriptive research carried out through searches and data retrieval in the Directory, developing a bibliographic review on the themes studied in this research. It exposes the areas, institutions and regions, of which the study groups are part. It makes a cut, selecting the women leaders of the research groups in the area of education in the Northeast region. It concludes by presenting the results on the identified research groups, the areas, regions and institutions, identifying the women leaders of the study groups of the northeast region in the area of Education.

Key words: Race relations. Directory of Research Groups in Brazil. Research Groups – Race Relations – Education.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a área do conhecimento predominante nas atividades do grupo (súmula de 2016) | 28 |
| Quadro 2 – Grupos de pesquisa sobre as temáticas pesquisadas por área | 29 |
| Quadro 3 – Grupos de pesquisa e pesquisadoras líderes da região nordeste na área da educação | 31 |
| Quadro 4 – Regiões e instituições dos grupos de pesquisa | 32 |
| Quadro 5 – Lei 10.639/03: áreas e instituições | 40 |
| Quadro 6 – Grupos e linhas de pesquisa sobre a Lei 10.639/03 (dissertação) | 42 |
| Quadro 7 – Movimento Negro: áreas e instituições | 47 |
| Quadro 8 – Grupos e Linhas de pesquisa sobre Mulheres Negras | 51 |
| Quadro 9 – Africanidades: áreas e instituições | 54 |
| Quadro 10 – Ações afirmativas: áreas e instituições | 57 |
| Quadro 11 – Racismo Institucional: áreas e instituições | 61 |
| Quadro 12 – Igualdade Racial: áreas e instituições | 64 |
| Quadro 13 – Síntese do quantitativo de instituições e grupos por áreas e temáticas | 65 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| C,T&A | Científica, Tecnológica e Artística |
| CNN | Congresso Nacional do Negro |
| CNPIR | Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CRAJUBAR | Crato, Juazeiro e Barbalha |
| DCN | Diretrizes Curriculares Nacionais |
| DGP | Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. |
| FIPIR | Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial |
| FNB | Frente Negra Brasileira |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MCTI | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| MN | Movimento Negro |
| MNU | Movimento Negro Unificado |
| MSN | Movimento Social Negro |
| N'BLAC | Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais. |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| SEPPIR | Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| SINAPIR | Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial |
| TEN | Teatro Experimental do Negro |
| UFCA | Universidade Federal do Cariri |
| UFRRJ | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| UFU | Universidade Federal de Uberlândia |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | CONTEXTUALIZAÇÃO | 17 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 22 |
| 4 | DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL – (DGP/CNPQ) | 25 |
| 5 | REFLETINDO SOBRE AS TEMÁTICAS E RESULTADOS ALCANÇADOS | 28 |
| 5.1 | Lei 10.639/03 | 35 |
| 5.2 | Movimento Negro | 44 |
| 5.3 | Mulheres negras | 48 |
| 5.4 | Africanidades..... | 53 |
| 5.5 | Ações afirmativas..... | 55 |
| 5.6 | Racismo Institucional..... | 59 |
| 5.7 | Igualdade racial..... | 62 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 66 |
| | REFERÊNCIAS..... | 68 |
| | APÊNDICE A – PLANILHA DOS GRUPOS DE PESQUISA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO..... | 74 |

1 INTRODUÇÃO

Pensarmos nas relações raciais que estão intrinsecamente ligadas na nossa constituição de sociedade é de extrema importância, e a partir disso, refletir sobre o papel dos grupos de pesquisas vinculados a uma agência de fomento, que abordem essas temáticas no nosso país e evidenciar as narrativas que por muito tempo vêm sendo silenciadas.

Primeiramente, devemos compreender que as relações raciais e, por certo, as raças, são “construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais de poder ao longo do processo histórico” (GOMES, 2005, p.49). Isso se dá pela estrutura colonial criada pela hegemonia branca, que tende a categorizar e inferiorizar tudo aquilo que não se adequa aos padrões estabelecidos pela sociedade branca.

A partir dessa hegemonia branca, o racismo é sustentado pela ideologia de que um determinado grupo deve ser dominado por outro por possuírem diferenças, que conseqüentemente, contribuem para as desigualdades sociais, não só no Brasil, mas também no mundo (VALÉRIO, 2019). Essas práticas racistas se perpetuam também na área da educação e se manifestam, principalmente, nos livros didáticos ao trazerem a imagem dos(as) negros(as) totalmente estereotipada, os(as) reservando apenas o lugar da escravidão ou subserviência. Pensar em políticas educacionais é de extrema importância, uma vez que, os espaços educacionais atuam como agentes formadores de intelectualidades, evitando dessa forma, que práticas racistas se mantenham e sejam perpetuadas de forma implícita.

Nesse contexto, considero importante ressaltar o meu lugar de pesquisadora no desenvolvimento desta tese de doutorado. Sou branca, cearense, bibliotecária, filha de agricultores rurais, de mãe branca, pai e irmão de pele escura, porém se consideram como morenos. Nasci em Assaré, no entanto residíamos em um sítio próximo à pequena cidade chamada Tarrafas, ambas localizadas no Centro Sul Cearense, na região do Cariri.

Na época, no interior do Ceará, não era tão expressiva para mim a questão das relações raciais, considerava todas as pessoas negras como morenas ou como algumas delas mesmas se denominavam “queimadas do sol”. Nesse contexto, só comecei a perceber as diferenças existentes entre negros (as) e brancos (as), quando eu e minha mãe fomos morar em Juazeiro do Norte - CE. Naquele

momento, com 12 anos de idade comecei a perceber na escola, as diferenças entre pessoas negras e brancas. Ouviam-se vários comentários e xingamentos em relação aos (às) colegas negros (as), mas a escola não tinha nenhuma literatura que pudesse orientar que aquilo seria discriminação racial e racismo.

Os (as) próprios (as) professores (as) não sabiam como lidar com as situações dentro da sala de aula, as quais acontecem ainda hoje no cotidiano escolar. Tais fatos ocorriam devido a falta de capacitação dos (as) docentes para lidarem com essas situações de constrangimento, e algumas vezes por comodismo, não sabendo explicar o porquê de se ter que respeitar a diversidade racial dos (as) colegas. Vale lembrar que crimes resultantes de preconceito de cor ou raça são reconhecidos e devem ser punidos desde o ano de 1989, conforme a Lei 7.716 (BRASIL, 1989).

Diante disso, faz-se necessário que mais pessoas discutam e produzam literaturas sobre relações raciais, voltadas para população negra, para que estes cenários possam ser mudados no meio familiar, nas escolas, nas universidades, nos ambientes de trabalho e também nas ruas.

Não sofri preconceito racial pela minha cor de pele, mas sofri preconceito devido ter visão monocular e os colegas não saberem lidar com pessoas diferentes. É fato que o preconceito racial e a discriminação racial, materializada em xingamentos, apelidos e deboches, podem causar grandes traumas, como a diminuição da autoestima, principalmente na infância.

Vale ressaltar que o preconceito racial “é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial” (GOMES, 2005, p.54). Essas construções de preconceitos raciais são ensinadas socialmente e “o preconceito como atitude é inato” (GOMES, 2005, p.54), por isso, o racismo e o preconceito racial se mantêm, pois são perpetuados e estão presentes na formação das subjetividades das pessoas.

Neste sentido, ao compreendermos que o racismo é algo imaterial, vale destacar que “a discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito” (GOMES, 2005, p.55), ou seja, a discriminação racial é a materialização do racismo, como: xingamentos, agressões, entre outras, direcionadas às pessoas negras.

Todas essas questões me fizeram estudar e entender melhor sobre raça e racismo, quando ingressei na Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri, assim

denominada na época. Foram muitas descobertas sobre racismo, gênero e religiões de matrizes africanas, como se a minha visão estivesse sendo ampliada para o mundo, possibilitando percepções que até aquele momento não haviam sido identificadas.

Percebia que o racismo na universidade ocorria também com os(as) próprios(as) professores(as) negros(as) da instituição. O preconceito racial das pessoas era perceptível e explícito, sendo assim, outro fator relevante para continuar com os meus objetivos.

Dentre as inúmeras razões que podem ser ressaltadas para o desenvolvimento deste trabalho, encontra-se também a minha participação no grupo de pesquisa denominado Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (N'BLAC)¹, coordenado pela professora doutora Joselina da Silva. O grupo fazia parte da Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri, atualmente Universidade Federal do Cariri (UFCA) e desenvolvia pesquisas sobre as temáticas: Lei 10.639/03, violência contra mulher: os aparatos de apoio públicos às mulheres vítimas de violências, movimento negro no Nordeste e as religiões de matrizes africanas.

O grupo de estudos N'BLAC, foi criado no segundo semestre do ano de 2006, por meio do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri, uma vez que, “trata-se de um espaço acadêmico especializado em estudos de relações raciais e suas interações com gênero, educação, culturas, identidades, desigualdades sociais, políticas públicas e movimentos sociais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, 2011).

As ações desenvolvidas pelo grupo proporcionavam a participação dos (as) estudantes em eventos científicos, incentivando a produção de artigos para apresentação nos mesmos, publicação em revistas, como também em capítulos de livros. Além das produções e as diversas formas de disseminação de informações, o grupo de estudos contribuiu para que várias pessoas pudessem reconhecer as suas próprias identidades e subjetividades.

A Biblioteconomia é uma área interdisciplinar, podendo estar ligada a várias áreas do conhecimento, assim como estudar e discutir diversas temáticas, buscando compartilhar a informação de forma precisa, contribuindo para a formação de

¹ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/20213>

conhecimento e novos estudos. A Educação está intrinsecamente relacionada com a Biblioteconomia, seja na dimensão acadêmica ou administrativa da profissão, porque em ambos os casos, os profissionais da informação possuem o objetivo de ministrar, compartilhar e recuperar as informações para seus alunos/usuários. Informações que não devem estar restritas apenas a uma temática específica, mas buscando atender às leis que preconizam o reconhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira.

Durante o período da minha graduação foram desenvolvidas pesquisas, estudos bibliográficos e participação em eventos que incluíram a Lei 10.639/03 e as diversas formas de preconceito racial perpetuadas pela sociedade brasileira, entre as outras temáticas presentes no grupo.

Estas discussões e aprendizados, culminaram no trabalho de conclusão de curso (monografia), que desenvolvi durante a graduação em Biblioteconomia, que tratou sobre a Lei 10.639/03 nas bibliotecas públicas das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR), na região do Cariri cearense, intitulada: “História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre o acervo das Bibliotecas Públicas do CRAJUBAR”, identificando se as mesmas possuíam acervo sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, orientada pela professora Dra. Joselina da Silva (CARMO, 2011).

A pesquisa teve como objetivo geral realizar uma análise do acervo das bibliotecas públicas municipais do Triângulo CRAJUBAR - que correspondem a Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha no Cariri cearense, buscando verificar a existência e a utilização do acervo para contemplar as atribuições da Lei 10.639/03, e analisar como estava sendo o auxílio de educadores e educandos por meio desse material. Foi representada também, a quantidade de títulos encontrados referentes à temática da Lei 10.639/03.

Os resultados desse trabalho de conclusão de curso, apontaram a mínima frequência dos(as) professores(as) às bibliotecas para busca de materiais, identificando que a procura era mais realizada pelos(as) estudantes. A pesquisa foi concluída demonstrando as deficiências enfrentadas pelas bibliotecas públicas e refletindo sobre a situação em que se encontravam no momento do estudo.

Após essas constatações na pesquisa de graduação, durante o mestrado em Ciência da Informação optei por dar continuidade aos estudos sobre relações raciais. A pesquisa foi realizada sobre as produções científicas que contemplavam a

Lei 10.639/03, presentes no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo uma análise de conteúdo dos artigos publicados em revistas na área da Educação. A dissertação foi intitulada: “A história e a cultura africana e afro-brasileira: Lei 10.639/03 no Diretório dos Grupos de Pesquisa registrados no CNPq”, orientada pela professora Dra. Leilah Santiago Bufrem e com a coorientação da professora Dra. Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia (CARMO, 2015).

Durante o desenvolvimento da dissertação foram identificadas as produções científicas dos(as) pesquisadores(as). A recuperação dos artigos publicados em revistas ocorreu por intermédio do currículo *lattes* e foram identificados os conteúdos mais discutidos acerca da Lei 10.639/03, caracterizando os assuntos de cada trabalho analisado. Foram definidas subcategorias que representaram os artigos publicados.

Os conteúdos das produções contemplavam discussões acerca da prática/formação docente, educação/currículo escolar e implementação da Lei 10.639/03. A pesquisa foi concluída destacando a relevância do Diretório, dos grupos e dos estudos desenvolvidos pelos(as) pesquisadores(as), realizando reflexões a respeito da caracterização dos trabalhos publicados.

Outro fator relevante para a realização desta pesquisa, se trata da minha sensibilidade enquanto pesquisadora, em presenciar e conviver com situações de racismo, vivenciadas por pessoas próximas ou não, e as agressões de todas as naturezas, que ilustram o preconceito e a discriminação às pessoas negras e à sua cultura diante da sociedade. Essas são condições que fizeram surgir uma inquietude e não conformidade em presenciar tais fatos, que conseqüentemente, motivaram o estudo aqui apresentado.

Nesta tese de doutorado apresenta-se uma pesquisa sobre os grupos de estudos presentes no diretório do CNPq, que tratam sobre as temáticas: Lei 10.639/03, igualdade racial, mulher negra, ações afirmativas, africanidades, racismo institucional e movimento negro.

Destarte, este trabalho é conduzido pela seguinte problemática: O desconhecimento dos(as) pesquisadores(as) sobre esse universo de pesquisa. Sendo norteado pelos seguintes questionamentos: **Qual o universo dos grupos de pesquisa que trabalham sobre relações raciais no Diretório dos Grupos de**

Pesquisa do CNPq e quais estão presentes na área da Educação? Quais as temáticas, dentro das relações raciais, estudadas pelos Grupos de Pesquisa?

Este estudo tem como **objetivo geral** identificar os grupos de pesquisa certificados, no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, que desenvolvem pesquisas sobre as relações raciais, Lei 10.639/03, igualdade racial, mulher negra, ações afirmativas, racismo institucional, movimento negro e africanidades.

E como **objetivos específicos** identificar os grupos de pesquisa sobre as temáticas supracitadas; apresentar os grupos de pesquisa e suas temáticas na área da Educação; destacar instituições e regiões mais representadas pelos grupos; identificar e demonstrar as pesquisadoras líderes dos grupos de pesquisa na área da educação da região nordeste.

Por meio dos objetivos deste trabalho, pretende-se divulgar e promover a representatividade dos grupos de pesquisa sobre relações raciais, assim como demonstrar as diferentes áreas e formas de pesquisa que podem contribuir para a efetividade desses conteúdos nos currículos do ensino básico e superior; incentivar que outros(as) pesquisadores(as) por meio do conhecimento destes grupos possam criar novos grupos de pesquisa voltados a dar visibilidade às temáticas e para a “valorização da identidade, cultura e história da população negra brasileira” (VALÉRIO, 2019, p. 19).

Este trabalho está estruturado em cinco seções, que se complementam para estruturarem as discussões teóricas, o processo metodológico, as temáticas, dados obtidos e as considerações finais. Na seção um é apresentada a introdução da pesquisa, expondo o lugar de fala da pesquisadora, as justificativas e inquietações que culminaram na temática escolhida, a problemática da pesquisa, e ainda, os objetivos aos quais foram respondidos no desenvolvimento do estudo.

A segunda seção refere-se à apresentação da contextualização do estudo, apresentando de maneira sistemática como se estruturam as relações raciais no Brasil que culminaram na promulgação da Lei 10.639/03, entre outras ações desenvolvidas pelo Movimento Negro brasileiro a fim de uma igualdade racial no país.

Na seção seguinte são apontados os procedimentos metodológicos, que além do detalhamento do processo da coleta dos dados, utiliza-se de abordagens quantitativas e qualitativas, uma vez que, este estudo não está limitado apenas nos

dados recuperados, mas, visa uma análise e um diálogo em cada temática, por intermédio das bibliografias de cada uma delas.

Na quarta seção é apresentado o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP-CNPQ), utilizado nesta pesquisa para realização do estudo. Faz-se necessário sua apresentação para melhor entendimento do universo da pesquisa e obtenção de dados, além de construir com a divulgação dos mecanismos em que a plataforma possibilita.

Posteriormente, na quinta seção são realizadas reflexões sobre os dados apresentados, assim como discussões teóricas acerca das temáticas pesquisadas neste trabalho, permitindo a construção de novos saberes sobre os resultados alcançados.

Na última seção são contempladas as considerações finais deste trabalho, evidenciando as discussões estabelecidas ao longo da pesquisa e principalmente após as reflexões teóricas e estatísticas elucidadas na seção anterior. Após as conclusões, estão as referências utilizadas para a realização desta pesquisa e o apêndice elaborado a partir das coletas dos dados para a sistematização e apresentação dos mesmos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Escrever sobre as relações raciais no Brasil, até hoje, ainda causa certo incômodo na comunidade acadêmica e social. Isso acontece, uma vez que, ao apresentarmos as questões sobre raça e racismo presentes em nosso país, evidenciamos o lugar de privilégio da branquitude. A qual estabelece que há um sujeito universal enunciando o conhecimento válido: o homem, branco, euro, hétero, cristão, e que todas as teorias produzidas devem seguir tais padrões para que sejam validadas (KILOMBA, 2019).

Partindo dessa lógica eurocêntrica da branquitude, faz-se necessário uma contextualização das relações raciais no Brasil, a fim de, desconstruirmos paradigmas criados para a manutenção das estruturas racistas de nosso país.

Em meados das décadas de 1950 e 1960, “o Brasil encontra-se em transição e exige, mediante o estudo das relações sociais, a produção de conhecimento sobre os desafios que permeiam o processo de inserção do país na modernidade” (MAIO, 2007, p.11). Essa necessidade de estudos das relações sociais, transformou nosso país em um objeto de interesse da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na qual, escolheu o Brasil, com o intuito de ser um dos polos de investigação das questões vividas no mundo ocidental, que tinham a experiência racial norte-americana como negativa (MAIO, 2007).

Os estudos patrocinados pelo projeto Unesco no Brasil entre os anos de 1950 e 1953, bem como, por entidades como o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o I Congresso Nacional do Negro (CNN), tiveram como foco as relações raciais e resultou em diversos questionamentos advindos de jovens cientistas sociais brasileiros e estrangeiros que puderam assim, refletir de modo articulado sobre a integração social da população negra brasileira (GUIMARÃES, 2007).

Os estudos e questionamentos levantados, trouxeram para o centro da discussão, o paradigma da democracia racial a qual acreditava-se que existia no Brasil e atualmente ainda é afirmada de forma convicta. Neste sentido, é necessário que compreendamos inicialmente a raça como um “conceito que ajude o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais”, possibilitando assim, uma amplitude das discussões (GUIMARÃES, 2009, p.31). Perceber a complexidade das

ações sociais referente às categorizações das raças são fundamentais para que assim, consigamos entender as estruturas criadas que tendem a posicionar uma raça sobre a outra.

Sendo assim, precisamos inferir que:

[...] o mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamentos (GOMES, 2005, p.57).

Ou seja, o mito da democracia racial busca camuflar as práticas racistas fazendo com que as pessoas acreditem que no Brasil todas as raças estão em igualdade, reforçando as discriminações e o preconceito racial no país.

Vale lembrar, que no Brasil, as questões raciais estão diretamente ligadas às características fenotípicas, na qual, quanto mais um indivíduo distancia-se do ser hegemônico, homem, europeu, branco e cristão, maior será a sua invisibilidade nos espaços de poder e institucionais de nossa sociedade, ou seja, a cor, é transformada em “uma construção racialista, que se estrutura em torno de uma ideologia” (GUIMARÃES, 2009, p.101).

Por conseguinte, no Brasil

negros e negras foram considerados(as) uma presença útil mas “invisível” e incômoda. Estigmatizados como preguiçosos, folclorizados em seus aspectos culturais tiveram sua alteridade negada por aqueles(as) que mais precisavam deles(as) (OLIVEIRA, 2015, p.19).

Conforme apresentado pela autora, a população negra brasileira teve seus aspectos culturais negados e invisibilizados por aqueles que detém o poder e se beneficiam pelas racialidades. Diante disso, novamente, destaca-se a importância dessa pesquisa, ao promover uma reflexão sobre o mito da democracia racial, uma vez que, ao apresentarmos as questões ligadas às relações raciais, enfatizamos que no Brasil, não há democracia racial, e que o racismo estrutural continua a ser perpetuado e a invisibilizar a população negra. Essa ideologia de uma democracia racial “encobre conflitos raciais” existentes em nossa sociedade (MUNANGA, 2008, p.77).

Cientes do mito da democracia racial, o Movimento Negro e o movimento de mulheres negras, como sociedade civil organizada, buscaram lutar e reivindicar melhorias para a educação brasileira, com o objetivo de minimizar os estereótipos existentes, buscando conquistar uma educação mais igualitária, sendo possível inserir nos currículos educacionais o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, com o intuito de estimular a disseminação de conhecimentos sobre a história da população negra propiciando assim, o acesso ao conhecimento de forma mais igualitária (SANTOS, 2005).

Neste sentido, após diversas intervenções realizadas por esses movimentos sociais, o Estado, como responsável pela formação de políticas públicas capazes de atender a população, iniciou a implementação de políticas em meados da metade da década de noventa, ainda no século XX. Destaca-se esse momento, o dia 20 de novembro de 1995, em Brasília, organizado pelas entidades negras brasileiras, ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, reuniu “mais de 30 mil pessoas, entre elas 5 mil dirigentes sindicais” (JACCOUD, 2009, p.32), que nessa data entregaram ao então presidente Fernando Henrique Cardoso reivindicações e propostas antirracistas, denunciando a discriminação racial e o racismo (SANTOS, 2005).

Diante disso, por volta da segunda metade da década dos anos noventa, o Estado brasileiro passou a atender algumas reivindicações das entidades negras brasileiras como, por exemplo, a revisão dos livros didáticos (SANTOS, 2005). Por certo, esses tensionamentos criados resultaram em diversas conquistas, assim como a criação da Lei 10.639 em 2003, que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

Com os desdobramentos das reivindicações dos Movimentos Negros houve um número crescente de políticas públicas voltadas para uma reparação histórica do Estado à população negra brasileira e após conferências nacionais e internacionais, “pela primeira vez, o governo brasileiro assumiu, na cena pública nacional e internacional, a existência de um problema racial no país e comprometeu-se com seu enfrentamento” (JACCOUD, 2009, p.36).

A partir do ano de 2003, com a entrada de um novo governo, o Brasil iniciou ações significativas para a promoção da igualdade racial, como: a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a

criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR).

Por certo, refletirmos sobre as questões raciais em nosso país, bem como, conhecer as políticas públicas criadas pelo Estado, resultantes da atuação dos movimentos negros, faz-se necessário, uma vez que, é por intermédio dessas relações que podemos compreender como o Brasil está estruturado, possibilitando-nos assim, a busca de políticas públicas que possibilitem que a população negra consiga acessar os espaços, e principalmente, os espaços acadêmicos, aos quais nos detemos nesta pesquisa, ao realizar a busca dos grupos de pesquisa, que compõem o DGP do CNPQ.

No diretório existem diversos grupos de estudos com diferentes temáticas e dentre elas, as que representam as relações raciais, que é o foco desse trabalho. O portal reúne muitos grupos de pesquisa presentes em inúmeras instituições no Brasil, com o objetivo de facilitar o acesso/conhecimento às produções científicas.

A partir do surgimento da Lei 10.639/03 vários grupos foram criados para fortalecer e contribuir na luta contra o racismo, visando também auxiliar professores(as) nas escolas de ensino público e privado, para o combate ao preconceito e à discriminação racial.

A Lei 10.639/03/LDB altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas e dá outras providências (BRASIL, 2003). Com isso, a Lei:

[...] tem como objetivo contribuir para a eliminação de preconceitos e valores racistas, promovendo maior conhecimento da história, da luta e da contribuição, na formação social e cultural do país, dos africanos trazidos ao Brasil como escravos e de seus descendentes (JACCOUD 2009, p.48).

Ao inserir nos currículos escolares, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, a lei busca demonstrar as contribuições que a população negra proporcionou e proporciona para a sociedade brasileira, além de procurar mecanismos para minimizar muitos estereótipos desenvolvidos em relação à população negra brasileira.

A partir disso, a lei busca ressaltar o importante papel exercido pelas mulheres negras e suas contribuições para a educação e sociedade em geral. Essas providências partem da proposta de uma reconstrução da identidade e história dos(as) negros(as), buscando enfatizar suas contribuições para a história do Brasil, por meio de práticas que avancem no reconhecimento e na valorização da sua cultura e história na sociedade. Sendo assim, é importante destacar que,

A luta antirracismo tem que ser uma frente ampla. A comunidade branca é que tem que mudar de comportamento, porque o racismo é um problema de todo mundo, não é um problema só do negro. É um problema do branco em primeiro lugar. A comunidade branca tem que mudar o seu padrão, tem que começar a falar disso, dos privilégios da branquidade no Brasil [...]. Precisa ter mais traidores do contingente branco, como eu sou. É preciso trair os brancos, dizer que somos racistas (CARVALHO, 2003 apud SANTOS, 2011, p. 6, grifo do autor).

Concordamos com o autor, ao ressaltar a importância dos(as) pesquisadores(as) brancos(as) entrarem na luta contra o racismo, considerando que esta é uma luta de todos(as) e não apenas da população negra. A conscientização das pessoas e reconhecimento dos privilégios diferenciados existentes entre brancos(as) e negros(as) já é uma maneira de procurar desconstruir a imagem negativa criada em relação à identidade negra, cujas influências no meio educacional e profissional afetam cada indivíduo.

Esta pesquisa procura ganhar importância social devido à proposição de contribuir com as iniciativas que vêm demonstrando a relevância da implementação da Lei 10.639/03 e temáticas relacionadas, a partir deste estudo realizado com apoio no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Os resultados serão apresentados de maneira detalhada nas próximas seções.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento e os resultados desta pesquisa são alcançados por meio dos procedimentos metodológicos, os quais compreendem as etapas de realização do estudo, uma vez que, contribuem para o alcance dos objetivos delineados no início deste trabalho.

Este trabalho é norteado por uma pesquisa de abordagem quantitativa, “investigação que se apoia predominantemente em dados estatísticos. [...]. Não significa não poder incluir dados qualitativos. [...] as quantidades podem representar, ainda, por convenção, qualidades outras além daquelas que lhes são imanentes ou intrínsecas” (RODRIGUES, 2007, p. 35). Sendo assim, este estudo abrange também a pesquisa qualitativa, porque não está limitado somente aos dados quantitativos, mas contempla análises a respeito do desenvolvimento e resultados obtidos.

Quanto à natureza, este estudo é conduzido por meio de uma investigação exploratória e descritiva, visando a ampliação e desenvolvimento de pesquisas sobre as áreas que envolvem as temáticas estudadas neste trabalho, contemplando também a revisão bibliográfica.

O referencial teórico é construído por diversas fontes informacionais para o desenvolvimento e eficiência da pesquisa, sendo composto pelas temáticas utilizadas neste trabalho para recuperação dos grupos de pesquisa. Esse meio de investigação compreende artigos científicos publicados em periódicos, livros, fontes digitais, entre outros suportes informacionais.

O universo de estudo deste trabalho, trata-se do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, presentes na plataforma do CNPq. O objeto de estudo é representado pelos grupos de pesquisa sobre relações raciais, contemplando os termos estudados nesta pesquisa. Optou-se também, por fazer um recorte de gênero, identificando as pesquisadoras líderes dos grupos de estudos da região nordeste na área da educação, porque se trata da localidade desta pesquisadora e também área de desenvolvimento do doutorado.

A realização desta pesquisa compreende a investigação, busca e recuperação dos grupos de estudos presentes no DGP. Para efetivação das buscas foram utilizados os seguintes termos pré-selecionados: Lei 10.639/03, igualdade racial, mulher negra, africanidades, ações afirmativas, racismo institucional e movimento negro.

A seleção dos termos foi realizada a partir da pesquisa desenvolvida durante o mestrado, utilizando o termo Lei 10.639/03 como base para identificação dos outros. A partir do mesmo foram selecionados alguns termos relacionados, de acordo com a linhagem de estudo desenvolvida por esta pesquisadora.

Os termos utilizados neste trabalho justificam-se pela necessidade de identificar de forma específica, os assuntos estudados pelos grupos de pesquisa e realizar a separação dos mesmos por temáticas. Destarte, por estes motivos não foram utilizados os termos negro e negra, para recuperação dos dados. É importante destacar também, que alguns dos grupos podem repetir-se em ambas as buscas devido à similaridade de objetivos e conteúdos estudados.

A seleção e identificação dos grupos de pesquisa foram realizadas por meio da busca na plataforma do Diretório do CNPq, por meio da base corrente, aplicando todos os filtros seguintes: nome do grupo, nome da linha de pesquisa, palavras-chave, repercussões do grupo, nome do líder, nome do pesquisador, nome do estudante, nome do técnico, nome do colaborador estrangeiro e nome da instituição parceira.

A partir dos resultados emitidos pelo portal do CNPq, após a busca pelos termos selecionados ocorreu a análise do título, repercussões, objetivos e palavras-chave dos grupos e linhas de pesquisa relacionadas, para identificar de forma detalhada as temáticas estudadas por aquele determinado grupo de estudos. Os filtros foram utilizados com o intuito de não perder nenhuma informação que fosse importante para identificar as temáticas dos grupos que tratam sobre relações raciais.

O processo de busca e recuperação dos dados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil ocorreu de 28 de abril de 2017 a 25 de setembro de 2017, compreendendo também, os meses de abril e maio de 2020. Nesse contexto, as informações recuperadas foram exportadas em forma de planilha e organizadas, constando os dados gerais sobre os grupos de pesquisa: instituição, nome do grupo, líder, 2º líder e área predominante, que posteriormente foram acessados individualmente para verificar e identificar as áreas específicas. Essas informações foram imprescindíveis para elaboração dos quadros.

Por conseguinte, a partir das planilhas foram elaborados os quadros demonstrando a quantidade de grupos por temáticas e áreas; regiões e instituições

a que pertencem os grupos; áreas, temáticas e instituições; e por último, instituições, grupos de pesquisa, nomes das pesquisadoras líderes e áreas/temáticas.

As buscas realizadas no Diretório permitiram a recuperação de 229 grupos de pesquisa, incluindo todas as temáticas, as quais subdividem-se da seguinte forma: Mulheres Negras: 14 grupos; Africanidades: 38 grupos; Ações Afirmativas: 80 grupos; Igualdade Racial: 21 grupos; Racismo Institucional: 7 grupos e Movimento Negro: 37 grupos e Lei 10.639/03: 32 grupos.

Diante dos resultados supracitados, a área da educação possui um quantitativo de 64 grupos de estudos, que podem representar mais de uma temática conforme as linhas de pesquisa que fazem parte dos grupos. A identificação foi realizada por meio da análise das repercussões dos grupos e também pelos objetivos das linhas.

A partir da recuperação dos grupos foi realizado um recorte de gênero identificando as mulheres líderes dos grupos de pesquisa na área da educação da região nordeste. Assim, passaremos a analisar na próxima seção, cada uma das categorias acima elencadas além de apresentar os dados obtidos sobre cada uma delas.

4 DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL – (DGP/CNPQ)

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) pertencente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)² encontra-se disponível na Internet para livre acesso. O mesmo armazena grupos de pesquisa registrados de todo o Brasil, incluindo as diversas áreas do conhecimento. Contempla instituições federais, estaduais, municipais e também privadas, entre outras instituições de ensino superior, devendo ter curso de pós-graduação stricto sensu reconhecido pela CAPES/MEC (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2016).

As agências de fomento à pesquisa e produção científica, incentivam o desenvolvimento desses estudos por meio de financiamentos contemplados por editais, bolsas e auxílios ao desenvolvimento científico e tecnológico no país. Nesse contexto, vale ressaltar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que se trata de uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e “tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2016).

Sendo assim, essa importante agência colabora para o desenvolvimento e reconhecimento nacional e internacional das instituições de pesquisa e de pesquisadores(as) brasileiros(as). Dentre as diversas funções e programas que essa agência contempla, encontram-se ferramentas de suma importância para disseminação e auxílio de pesquisas, como o currículo Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.

O CNPq foi criado em 1951, e disponibiliza investimentos para universidades, institutos de pesquisa, centros tecnológicos e de formação profissional, em âmbito nacional e no exterior. Tem como missão “fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2016).

² <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>

Já o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil teve início em 1992, sendo composto por uma base corrente de busca que proporciona acesso aos grupos de pesquisa e também aos censos com dados estatísticos bianuais. As buscas no diretório podem ser realizadas por meio de diversas variáveis, nome dos grupos, linhas de pesquisa, pesquisadores(as), estudantes, técnico(a) e colaborador(a) estrangeiro(a) (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2016).

Os censos disponibilizados constam os dados até 2016 e possuem várias estratégias de recuperação das informações por meio das séries históricas; súmula estatística; plano tabular, busca textual; estratificação e painel DGP.

Por meio da busca textual, as pesquisas podem ser realizadas por diversas variáveis, grupos, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e produção C,T&A, podendo serem identificados no ato da busca utilizando as alternativas existentes na página da busca textual dos censos e:

Para a Busca Textual, a base de dados do Diretório disponibiliza, além das informações cadastradas pelos grupos de pesquisa, informações complementares que foram migradas da base de currículos Lattes, como, por exemplo, as referentes à produção científica, tecnológica e artística dos integrantes dos grupos. Possui também informações migradas do Sistema Gerencial de Fomento do CNPq (bolsistas de pesquisa - PQ, PV, DCR e RD ativos em junho de 2002) e do Sistema Coleta/Capes, ano-base 2001 (docentes NRD5 - conceitos resultantes da avaliação 2001) (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2016)

As pesquisas no DGP contemplam as especificidades de cada grupo e as relações estabelecidas entre participantes e produções científicas de cada autor(a), uma vez que:

As informações nele contidas dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2016).

Sendo assim, essa plataforma torna-se um meio de divulgação das pesquisas desenvolvidas e em andamento, possibilitando assim, o conhecimento dos grupos

de pesquisa e também a troca de informações tanto dos pesquisadores como de usuários do Diretório, propiciando o estabelecimento de inter-relações entre esses participantes e usuários. Permite também o acesso ao currículo *lattes* dos(as) pesquisadores(as) pertencentes aos grupos e às linhas de pesquisa.

A utilização do currículo *Lattes* é obrigatória por todos(as) os(as) pesquisadores(as) e estudantes pertencentes aos grupos de pesquisa, e tornou-se uma exigência para participação no Diretório. Tal medida se fez necessária a partir de 2002, almejando estabelecer uma relação entre as produções dos pesquisadores e os grupos que participam no DGP. Dessa forma, é propiciado o acesso às produções científicas de cada integrante dos grupos (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2016).

A nova política de C&T deve implementar tarefas aparentemente contraditórias: estimular a liberdade, iniciativa e criatividade dos pesquisadores e, ao mesmo tempo, estabelecer um forte vínculo entre o que eles fazem e as necessidades da economia, do sistema educacional e da sociedade como um todo. Deve também tornar a ciência e tecnologia brasileira verdadeiramente internacional e fortalecer a capacidade educacional e de C&T interna ao país (SCHWARTZMAN, 1993, p.2).

A produção dos(as) pesquisadores(as) deve refletir benefícios para a sociedade e não ser pautada apenas nos interesses de estudos de quem desenvolve a pesquisa. Os conhecimentos são adquiridos e assim disseminados fortalecendo a rede de comunicação e troca de experiências entre a sociedade científica.

A comunicação científica proporciona o reconhecimento dos(as) pesquisadores(as) de forma nacional e internacional, dependendo dos suportes informacionais onde são publicados seus trabalhos e a importância da temática para a área que desenvolve os estudos. Dessa forma, ressalta-se a relevância da criação de grupos de pesquisa, para estabelecer relações entre os membros pesquisadores e suas áreas de interesse, contribuindo para o surgimento de novos estudos.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é a fonte de informação desta pesquisa, colaborando com as buscas realizadas na base corrente para recuperação dos grupos, que realizam estudos sobre a Lei 10.639/03, igualdade racial, mulher negra, ações afirmativas, racismo institucional, movimento negro e africanidades.

5 REFLETINDO SOBRE AS TEMÁTICAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados apresentados nesta seção, a seguir fazem parte dos dados recuperados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, após a realização das pesquisas, descritas no processo metodológico.

O quadro 1 representa a quantidade geral dos grupos de pesquisa de todas as temáticas cadastrados no diretório, conforme súmula estatística por área do conhecimento do ano de 2016. A terceira coluna representa o quantitativo de grupos recuperados durante esta pesquisa sobre as temáticas referentes às relações raciais, enquanto a segunda coluna demonstra as quantidades relativas aos diversos assuntos presentes na plataforma do CNPq.

Quadro 1 – Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a área do conhecimento predominante nas atividades do grupo (súmula de 2016)

| Área do conhecimento | Total de grupos | Grupos sobre relações raciais |
|--------------------------------|------------------------|--------------------------------------|
| Educação | 3595 | 64 |
| Direito | 1386 | 8 |
| Saúde Coletiva | 1079 | 8 |
| Letras | 966 | 18 |
| História | 912 | 28 |
| Linguística | 908 | 3 |
| Psicologia | 884 | 2 |
| Artes | 781 | 2 |
| Educação Física | 704 | 1 |
| Enfermagem | 683 | 2 |
| Sociologia | 663 | 17 |
| Geografia | 572 | 3 |
| Antropologia | 393 | 24 |
| Ciência Política | 387 | 8 |
| Serviço Social | 310 | 5 |
| Planejamento Urbano e Regional | 233 | 1 |
| Museologia | 30 | 1 |
| Demografia | 20 | 2 |

Fonte: Adaptado do DGP (2019).

Os dados acima foram extraídos da última súmula estatística do ano de 2016, que representa a quantidade geral de grupos de pesquisa por área, no diretório. Podemos constatar, a partir do quadro supracitado, que embora a área da educação tenha sido a que mais contempla grupos de pesquisa sobre relações raciais, totalizando 64, este número ainda corresponde a menos de 3% da quantidade geral de grupos 3.595.

Existe uma grande necessidade da criação de novos grupos de pesquisa sobre os estudos que contemplam as temáticas referentes às relações raciais visando uma maior representatividade dessas pesquisas no Diretório. Vale ressaltar, que podem existir diversos grupos que não constam nessa plataforma do CNPq.

O quadro 2 representa os resultados recuperados por meio das buscas realizadas no diretório do CNPQ. O mesmo demonstra a quantidade de grupos e as áreas às quais pertencem.

Quadro 2 - Grupos de pesquisa sobre as temáticas pesquisadas por área

| ÁREA | GRUPO Mulheres Negras | GRUPO Africanidades | GRUPO Ações Afirmativas | GRUPO Igualdade Racial | GRUPO Racismo Institucional | GRUPO Mov. Negro | GRUPO Lei 10639/03 | T |
|--------------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|------------------------|-----------------------------|------------------|--------------------|-----|
| Antropologia | 2 | 1 | 13 | 1 | | 6 | 1 | 24 |
| Direito | | | 4 | 4 | | | | 8 |
| Educação | 4 | 22 | 34 | 5 | 2 | 8 | 16 | 64 |
| Ed. Física | | | | | | | 1 | 1 |
| Geografia | | | 1 | 1 | | 1 | | 3 |
| História | 2 | 5 | 3 | 2 | | 10 | 6 | 28 |
| Ciência Política | 1 | | 3 | 2 | | 2 | | 8 |
| Letras | 1 | 8 | 3 | 2 | | | 4 | 18 |
| Enfermagem | 2 | | — | | | | | 2 |
| Psicologia | | 1 | — | | | 1 | | 2 |
| Sociologia | 2 | | 7 | 1 | | 6 | 1 | 17 |
| Saúde Coletiva | 1 | | — | 3 | 4 | | | 8 |
| Serviço social | | | 2 | | | 1 | 2 | 5 |
| Planejamento urbano e regional | | | — | | | 1 | | 1 |
| Demografia | | | 1 | | 1 | | | 2 |
| Linguística | | | 3 | | | | | 3 |
| Museologia | | | 1 | | | | | 1 |
| | | | | | | | | 195 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Primeiramente, vale ressaltar que os grupos de pesquisa podem compreender mais de uma temática, ou seja, a quantidade de temáticas pode ser maior que a dos grupos de pesquisa, porque o mesmo grupo pode estudar diversas temáticas conforme as linhas de pesquisa. Pode-se perceber que “Educação” é a área mais presente nos dados, sendo africanidades (22 grupos) e ações afirmativas (34 grupos), as temáticas mais estudadas nos grupos de pesquisa dentro dessa área, que também está presente na antropologia com (13 grupos). A temática Movimento Negro é representativa na “História” com (10 grupos) de pesquisa. Portanto, a que apresenta menos grupos de pesquisa é racismo institucional, estando presente apenas na Educação, Saúde Coletiva e Demografia. Nesse sentido, surge o questionamento: por que essa temática não está sendo discutida em outras áreas? Acreditamos que discutir e pesquisar sobre racismo institucional, é interferir nas estruturas criadas para a manutenção de poderes, por isso, poucos são os interessados em questionar a institucionalização de práticas racistas, uma vez que, a maioria da academia se beneficia delas.

Importante ressaltar que foram recuperados 195 grupos de pesquisa, incluindo todas as temáticas, as quais subdividem-se da seguinte forma: Mulheres Negras: 15 grupos; Africanidades: 37 grupos; Ações Afirmativas: 75 grupos; Igualdade Racial: 21 grupos; Racismo Institucional: 7 grupos; Movimento Negro: 36 grupos e Lei 10.639/03: 31 grupos. As temáticas mais representativas nos grupos de pesquisa são ações afirmativas, africanidades, Movimento Negro, Lei 10.639/03 e igualdade racial.

Neste sentido, a partir da recuperação dos dados coletados por meio dos grupos de pesquisa no diretório, foi possível identificar de forma específica e selecionar os pertencentes somente à área da educação, conforme “**Apêndice A**”.

A partir da organização dos dados, foram identificados 64 grupos na área da educação, dentre o quantitativo de 195 grupos de pesquisa sobre relações raciais. Os mesmos contemplam as seguintes temáticas: Ações afirmativas, africanidades, Movimento Negro, mulheres negras, igualdade racial, racismo institucional e Lei 10.639.

No entanto, ações afirmativas e africanidades foram as temáticas mais representadas contemplando 34 e 22 grupos respectivamente. Importante destacar que cada grupo pode representar várias temáticas que são estudadas por meio das linhas.

Os assuntos que obtiveram menores resultados foram racismo institucional, mulheres negras, igualdade racial e Lei 10.639/03. Percebe-se que o racismo institucional possui uma carência maior de discussões e desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática no meio acadêmico, sendo pouco contemplada pelos grupos presentes no diretório.

Sendo assim, contemplando aos objetivos deste trabalho, segue o quadro 3, representado pelos grupos de pesquisa e as pesquisadoras líderes responsáveis pela coordenação dos mesmos, na área da educação presentes na região nordeste.

Quadro 3 – Grupos de pesquisa e pesquisadoras líderes da região nordeste na área da educação

| Instituição | Grupo | Líder/2º líder | Área/temática |
|--|--|---|--|
| Universidade Federal de Alagoas | Educação e Relações Étnico-Raciais | Nanci Helena Rebouças Franco | Educação/ Movimento Negro |
| Universidade Federal do Ceará | Núcleo das Africanidades Cearenses (NACE): encantamento, Pretagogia, ancestralidade | Sandra Haydée Petit | Educação/ Africanidades |
| Universidade Federal de Pernambuco | Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, memórias e Sexualidades | Aurenéa Maria de Oliveira/ Nadia Patrícia Novena | Educação/ Africanidades |
| Universidade Federal de Campina Grande | Grupo de estudos e Pesquisas em Africanidades e educação | Risomar Alves dos Santos | Educação/ Africanidades |
| Universidade Federal de Pernambuco | Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação | Auxiliadora Maria Martins da Silva/ Maria da Conceição dos Reis | Educação/ Lei 10.639/03/ Africanidades |
| Universidade Federal do Piauí | IFARADÁ – Núcleo de Pesquisa sobre africanidades e afrodescendência | Ana Beatriz Sousa Gomes | Educação/ Africanidades |
| Universidade Federal do Piauí | Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGECI | Maria do Carmo Alves do Bonfim/ Shara Jane Holanda Costa Adad | Educação/ Africanidades |
| Universidade Regional do Cariri | Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Reações Étnico-Raciais | Cicera Nunes/Eliacy dos Santos Saboya Nobre | Educação/ Africanidades |
| Universidade Federal do Piauí | RODA GRIÃO – GEAfro: Núcleo de Estudos sobre Gênero, educação e afrodescendência | Francilene Brito da Silva/ Francis Musa Boakari | Educação/ Africanidades |

| Instituição | Grupo | Líder/2º líder | Área/temática |
|--|--|---|--|
| Universidade do Estado da Bahia | Educação, Desigualdade e Diversidade | Delcele Mascarenhas Queiroz | Educação/Igualdade Racial/ Ações Afirmativas |
| Universidade do Estado da Bahia | CEDIC – Ações Afirmativas e Etnicidade: Ciências, Educação, Gestão e Religiosidades | Florentina da Silva Souza | Educação/ Ações Afirmativas |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano | GEPEDET – Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidade, Linguagens e Tecnologias | Izanete Marques Souza/Mara Eugênia Ruggiero de Guzzi | Educação/Ações Afirmativas |
| Instituto Federal do Maranhão | NEABI/IFMA – Campus Maracanã | Maria do Socorro Coêlho Botelho | Educação/Ações Afirmativas |
| Instituto Federal do Maranhão | Valente - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Políticas Públicas de Esporte e Lazer | Aline Silva Andrade Nunes/ Raffaella Andressa dos Santos Araujo | Educação/Lei 10.639/03 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O quadro 3, contempla 14 grupos de pesquisa e 20 pesquisadoras líderes. O objetivo da elaboração do quadro se deve ao fato de promover a identificação das pesquisadoras líderes dos grupos de pesquisa da região nordeste, com o intuito de representar as mulheres nordestinas e as temáticas que desenvolvem estudos sobre relações raciais na área da educação.

As temáticas representadas foram Lei 10.639/03, ações afirmativas, igualdade racial, Movimento negro e africanidades (sendo a mais contemplada pelos grupos identificados). No entanto, os grupos podem representar mais de uma temática, porque alguns possuem várias linhas de pesquisa.

Contudo a representatividade destes grupos liderados por mulheres ainda é pequena comparada com a quantidade de 64 grupos de estudos na área da educação.

Por conseguinte, dando continuidade aos resultados encontrados nesta pesquisa, segue o quadro 4, representando as instituições que possuem grupos de estudos por regiões.

Quadro 4 – Regiões e instituições dos grupos de pesquisa

| REGIÕES | INSTITUIÇÕES |
|--|--|
| NORTE Instituições (Federais) | Universidade Federal do Pará Universidade Federal do Oeste do Pará Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará |

| | |
|--|---|
| | <p>Universidade Federal do Acre Universidade Federal do Amazonas Universidade do Estado do Pará Universidade Federal de Rondônia</p> |
| <p>NORDESTE</p> <p>Instituições (Estaduais, Federais e Privadas)</p> | <p>Universidade do Estado da Bahia Universidade Federal da Bahia Instituto Federal da Bahia Universidade Federal do Oeste da Bahia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Federal do Ceará Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB) Universidade Federal do Maranhão Universidade Estadual do Maranhão Instituto Federal do Maranhão Universidade de Pernambuco Universidade Federal de Pernambuco Universidade Federal Rural de Pernambuco Centro Universitário de João Pessoa Universidade Federal de Campina Grande Universidade Regional do Cariri Universidade Católica do Salvador Universidade Federal de Alagoas Universidade Estadual de Alagoas Instituto Federal de Alagoas - Matriz Universidade Federal da Paraíba Universidade federal do Vale do São Francisco Universidade Federal do Piauí Universidade Estadual de Santa Cruz Instituto Federal de Sergipe</p> |
| <p>CENTRO-OESTE</p> <p>Instituições (Estaduais, Federais e Privadas)</p> | <p>Centro Universitário de Brasília Universidade de Brasília Instituto Federal de Brasília Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Universidade Federal da Grande Dourados Universidade do Estado de Mato Grosso Universidade Federal de Mato Grosso Universidade Estadual de Goiás Universidade Federal de Goiás Instituto Brasileiro de Museus</p> |
| | <p>Universidade Federal Fluminense Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Universidade do Estado do Rio de Janeiro Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (Instituto Federal do Rio de Janeiro) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro</p> |

| | |
|---|---|
| <p>SUDESTE (Estaduais, Federais e Privadas)</p> | <p>Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro Pontifícia Universidade Católica de Campinas Universidade Federal de São Carlos Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus JK Universidade Presbiteriana Mackenzie Universidade Ibirapuera Faculdades Integradas de Vitória Universidade Salgado de Oliveira Universidade de São Paulo Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Universidade Federal do ABC Fundação Carlos Chagas Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora Universidade Federal de Juiz de Fora Universidade Paulista Colégio Pedro II – RJ Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal de Uberlândia Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Universidade Federal de Minas Gerais Universidade do Estado de Minas Gerais Universidade Federal do Triângulo Mineiro</p> |
| <p>SUL Instituições (Regionais, Estaduais e Federais)</p> | <p>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Universidade Estadual do Norte do Paraná Universidade Estadual de Maringá Universidade Federal do Paraná Universidade Federal da Integração Latino-Americana Fundação Universidade Regional de Blumenau Universidade Federal de Santa Catarina Instituto Federal de Santa Catarina Universidade Federal do Rio Grande do Sul Universidade do Vale do Rio dos Sinos Universidade de Passo Fundo Universidade do Extremo Sul Catarinense Universidade Federal de Pelotas Universidade Estadual de Londrina Universidade Estadual de Ponta Grossa Universidade Federal do Rio Grande (FURG) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul</p> |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

As regiões mais representadas foram o nordeste e o sudeste, com 26 e 31 instituições respectivamente. As regiões Norte, Centro-Oeste e Sul possuem 7, 11 e

17 instituições nesta ordem, totalizando 92 instituições com grupos de pesquisa nos âmbitos estaduais, federais e privados, registrados no Diretório do CNPq, que tratam a respeito das temáticas sobre relações raciais estudadas neste trabalho.

Nesse contexto, os quadros 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 representam as áreas em que são desenvolvidas pesquisas sobre as temáticas estudadas nesse trabalho. As instituições estão dispostas de acordo com os assuntos e áreas presentes nos quadros. Foram identificadas 17 áreas, no entanto, antropologia e educação são as que possuem mais destaque no desenvolvimento de pesquisas.

Com a identificação das quantidades de temáticas estudadas pelos grupos, a seguir, foi organizada uma linha teórico-reflexiva das temáticas e dados encontrados, que ao serem apresentadas se interseccionam e se complementam. Serão representados na seguinte ordem, para uma melhor compreensão das estruturas: Lei 10639/03; movimento negro; mulheres negras; africanidades, racismo institucional; ações afirmativas e igualdade racial.

5.1 Lei 10.639/03

A aprovação da Lei 10.639/03, ocorreu dentre outros fatores, devido às lutas dos movimentos sociais negros, com o intuito de quebrar o paradigma que tornam invisíveis as contribuições e ações desenvolvidas pela população negra nos vários âmbitos da sociedade brasileira.

A referida lei foi sancionada pelo governo Lula em 9 de janeiro de 2003, a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, beneficiando dessa forma a educação. Segundo o texto legal (artigo 26-A):

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para além do ensino da história e cultura afro-brasileira, há o reconhecimento, e “isso implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos” (BRASIL, 2004, p. 11). A valorização dessa diversidade se concretiza após a conscientização e respeito da sociedade em relação à história e cultura negra.

Neste sentido, a Lei 10.639/03 foi sancionada para minimizar o estereótipo negativo que se tem em relação aos(as) negros(as), principalmente representados nos livros didáticos. A partir da Lei, o ensino da história e cultura afro-brasileira não é instituído apenas no ensino básico, mas também nas universidades, conforme:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico- Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004, p. 31).

O ensino das temáticas sobre relações raciais nas universidades promove o reconhecimento e a compreensão da história da população negra que ainda não foi discutida com ênfase na importância que os(as) negros(as) proporcionaram e proporcionam para o Brasil. O conhecimento sobre a história e cultura dos(as) negros(as) impulsiona o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas sobre o assunto e resulta no crescimento da produção e comunicação científica sobre essas temáticas. Dessa forma, surge uma maior visibilidade a respeito da história e cultura africana e afro-brasileira.

A Resolução CNE/CP Nº 1/2004 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em seus parágrafos 1º e 2º do artigo 2º, a resolução trata de suas finalidades e sintetiza o espírito da Lei 10.639/2003 e uma concepção de formação do cidadão pela escola, como expresso a seguir:

§ 1º A educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da

democracia brasileira. § 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 1).

Nesse contexto, considerando esta sequência de instrumentos e documentos legais que tratam do tema, em abril de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O conceito de qualidade em educação declarado no PDE está sintonizado com o previsto nas Diretrizes Curriculares para a Implementação da Lei 10.639, de 2003. Desta forma, no que diz respeito à educação, o Brasil além de cumprir os compromissos internacionais assumidos com o objetivo de combater o racismo e a discriminação racial, por meio da Lei mencionada e da Resolução CNE/CP 1/2004, dá um importante passo na direção de uma mudança qualitativa no seu sistema de ensino.

No entanto, entre a orientação normativa e a efetividade das mudanças sugeridas observa-se a existência de uma distância a ser trilhada que impõe a identificação de quais são os atores sociais que, conjuntamente com os entes federativos, podem assumir a tarefa de implementar as alterações previstas na Lei. Como é tratado nas Diretrizes Curriculares Nacionais:

Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola (BRASIL, 2004, p. 13).

É importante considerar que essas práticas não sejam restritas apenas às escolas, pois abrangem principalmente as bibliotecas escolares, universitárias ou públicas, que são os ambientes informacionais responsáveis por disponibilizar esses materiais, assim como a contribuição de suportes nos meios digitais responsáveis pela disseminação de conteúdos.

Vale ressaltar que “A Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares nacionais são fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado” (GOMES, 2009, p. 4). Foi devido aos diversos debates e movimentos organizados que se obteve um resultado concreto do governo, que a partir da referida lei deverá buscar subsídios para colocá-la em prática.

Conforme Gomes (2009), é importante que haja a mobilização da sociedade civil, para que dessa forma se possa obter a devida efetivação da Lei. A representação e a modificação desse paradigma podem ocorrer principalmente por meio da educação, uma vez que os processos de ensino, aliados às expectativas da sociedade poderão orientar e promover o aprendizado a respeito da história e cultura negra sem discriminações.

Nesse contexto, faz-se necessário enfatizar a importância do Movimento Negro e algumas definições para melhor compreendermos as discussões posteriores. Nesse sentido, a autora conceitua como:

[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (GOMES, 2017, p. 23, grifo da autora).

O Movimento Negro compreende grupos organizados de pessoas que lutam em prol da mesma causa, contra o preconceito, a discriminação racial, por igualdade, por políticas públicas e ações afirmativas que contribuam para uma educação antirracista para população negra, contemplando a história e cultura africana e afro-brasileira.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as instituições de todos os níveis de ensino, inclusive superior precisarão providenciar: “incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas” (BRASIL, 2004, p. 24). Considerando a pesquisa como um dos tripés das universidades, ressaltamos a importância e a necessidade dessas instituições promoverem pesquisas referentes ao tema, a fim de atenderem o disposto na lei.

A Lei 10.639/03/LDB visa, por meio dos currículos escolares, promover o conhecimento e reconhecimento da identidade negra até então invisibilizada pela sociedade.

As atribuições preconizadas pela Lei 10.639/03 podem ser contempladas por meio do estudo de temas que versem sobre a história dos(as) negros(as), valorizando seus preceitos; identificação e conhecimento da história de militantes e intelectuais negros(as); estudos das produções desenvolvidas sobre e pela população negra; distinção das especificidades que diferenciam as pessoas, suas histórias e culturas procurando entender e diminuir as “escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas” existentes na sociedade (BRASIL, 2004, p. 15).

Por isso, a educação é considerada como uma das principais formas para se trabalhar com a Lei 10.639/03 e a sua aplicabilidade por meio do ensino. Logo, é importante compreendermos que as transformações dela decorrentes não somente se referem à via educacional, uma vez que os problemas que provocaram essa providência legal não são privilégios da educação, mas estão arraigados em todos os níveis da sociedade. Portanto, o estudo dessa temática na área da Educação visa estabelecer uma troca de conhecimentos e uma inter-relação entre os saberes na disseminação de informações e realização de pesquisas.

Contribui-se, dessa maneira, para aperfeiçoar os métodos de ensino a respeito das temáticas africanas e afro-brasileiras, como também para motivar um posicionamento favorável a esse cumprimento, assim como ao entendimento sobre a identidade de cada estudante em relações estabelecidas entre eles. Dando seguimento ao desenvolvimento da pesquisa, o próximo tópico apresentará os procedimentos metodológicos buscando atender aos objetivos da pesquisa.

As leis são ferramentas primordiais no auxílio aos direitos humanos de cada cidadão. As lutas da população negra sempre existiram e passaram por inúmeras transformações de acordo com as possibilidades que tinham para resistir contra as diversas formas de preconceito e discriminação racial.

É notável que a luta pela inserção da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares já ocorria há mais de vinte anos anteriormente à aprovação da Lei 10.639/03, demonstrando não se tratar de uma ação governamental, mas de luta da população negra e do Movimento Negro Unificado (MNU).

Nesse contexto, vale ressaltar o importante papel desempenhado pela III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul. Segundo enfatiza a Declaração de Durban (2001), há uma

“importância de se promover a conscientização e proporcionar o treinamento para os vários agentes do sistema de justiça criminal, para assegurar a aplicação justa e imparcial da lei”. Nesta perspectiva, o Brasil assumiu o compromisso de atuar contra o racismo e a discriminação racial e construir políticas com esse objetivo.

Neste sentido, segue o quadro 5 para visualizarmos o panorama das instituições e diversas áreas que possuem grupos de estudos sobre a Lei 10.639/03. O quadro seguinte, trata sobre a temática Lei 10.639/03 e as áreas que pertencem os grupos de pesquisa. Neste caso, a educação tem o maior número de instituições vinculadas aos grupos. Esses resultados podem ser explicados porque trata-se de uma lei voltada para educação, sendo assim, existe uma necessidade de formar grupos de pesquisa e desenvolver produções e discussões sobre a temática e implementação da referida lei.

Quadro 5 – Lei 10.639/03: áreas e instituições

| ÁREAS | Lei 10.639/03/Instituição |
|-------------------------|--|
| Artes | Universidade de São Paulo Instituto Federal de Brasília |
| Antropologia | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade do Estado do Pará Universidade Estadual de Maringá Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| Ciência Política | Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro |
| Educação | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Universidade do Estado da Bahia Universidade Federal de Ouro Preto Colégio Pedro II Universidade Católica de Santos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro Universidade Federal de Uberlândia Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins |

| | |
|-------------------|---|
| | Universidade do Estado de Minas Gerais Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Universidade Federal de Rondônia Universidade Federal do Rio Grande do Norte Universidade Federal de Mato Grosso Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal de Alagoas Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| História | Universidade do Estado da Bahia Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Universidade Federal do Ceará |
| Letras | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Universidade do Estado de Minas Gerais Universidade do estado da Bahia Universidade Estadual de Londrina |
| Museologia | Instituto Brasileiro de Museus |
| Sociologia | Universidade Candido Mendes; Universidade Federal do Oeste da Bahia Universidade Estadual de Londrina Universidade do Vale do Rio dos Sinos |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

É importante ressaltar que as instituições podem representar mais de um grupo de pesquisa que desenvolve estudos sobre a temática: Lei 10.639/03. No quadro acima, a Educação é a área que possui o maior número de instituições totalizando 17, enquanto Antropologia (4); Letras (4); Sociologia (4); História (3); Artes (2); Ciência Política e Museologia contempladas com uma cada. O reconhecimento dos grupos de pesquisa por essas instituições proporciona maior visibilidade, facilitando dessa forma, a divulgação dos estudos e produções realizados pelos mesmos.

O quadro 6, a seguir representa dados que foram recuperados sobre a Lei 10.639/03 durante a construção do trabalho de mestrado, finalizado em 2015. Está sendo exemplificado neste trabalho para melhor compreendermos o cenário dos grupos já pertencentes ao diretório. No quadro estão representados os grupos e linhas de pesquisa identificadas por meio das buscas efetivadas no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq no Brasil. Foram identificados no quadro seguinte, 17 grupos de pesquisa que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03, constando 17 linhas que tratam de forma específica sobre a temática.

Quadro 6 – Grupos e linhas de pesquisa sobre a Lei 10.639/03 (dissertação)

| ÁREA | GRUPOS | LINHAS | INSTITUIÇÃO |
|----------|--|--|-------------|
| Artes | CESA | História e historiografia da arte | USP |
| Educação | CEDIC_Ações Afirmativas e Etnicidade: Ciências, Educação, Gestão e Religiosidades | Educação, Teologia e Religiosidades: Formação e pesquisa | UNEB |
| | Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileira | Afroperspectivas e educação | IFRJ |
| | Estudos Culturais em Educação e Arte | Matrizes Culturais Brasileiras. O ensino da arte e a lei 10.639 | UFRRJ |
| | GPESURER - Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais | Ação Afirmativa, Multiculturalismo e Educação: a aplicação da Lei 10.639/03 na rede pública de ensino na Baixada Fluminense/RJ | UFRRJ |
| | Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão | História e Cultura Africana e Afro-Brasileira | UFG |
| | Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - Labepeh/UFMG | Ensino de História e Diversidade cultural | UFMG |
| | Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal de Uberlândia - NEAB/UFU | Educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas | UFU |
| | Políticas Sociais, relações Étnico-Raciais e Cidadania | Educação, Relações étnico-raciais e Ações Afirmativas | UNESP |
| | Racismo e Educação: Desafios para a Formação Docente | Formação de Professores e Relações Interétnicas | UFU |

| | | | |
|-------------------|---|---|-------|
| | Afrosin (Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções) | Ações Afirmativas e Educação das Relações Étnico-Raciais | UFRRJ |
| | NUPEHDIC - Núcleo de Pesquisa em Educação, História e Diversidade Cultural | História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena | IFTO |
| História | Experiências, Memórias e Trajetórias de Populações Negras | Experiências, Memórias e Culturas | UNEB |
| | Neab (nucleo de estudos afro-brasileiros) | Educação e relações raciais | UFT |
| Letras | O Sujeito no Ensino/Aprendizagem da Língua Materna: Oralidade/Escrita | Ensino/Aprendizagem de Língua Materna e a Lei 10.639/03 | UFS |
| | Grupo De Estudo E Pesquisa: Relações Étnico-Raciais E Afirmação Identitária Negra (NIARE) | Formação de Educadores/as para as Relações Etnicorraciais | UNEB |
| Sociologia | Populações Tradicionais | Questões Étnico-Raciais, Socioambientais e Identidade Cultural no contexto das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 | IFS |

Fonte: Carmo (2015).

Este quadro é resultado da pesquisa realizada durante o mestrado em 2015, e expõe os títulos dos grupos e linhas de pesquisa encontrados nas buscas realizadas no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, identificando as áreas e instituições a que pertencem. Ao todo são doze instituições que desenvolvem pesquisas sobre a Lei 10.639/03, recuperadas por meio das buscas realizadas pelas palavras-chave selecionadas para recuperação dos grupos. Algumas delas com três grupos, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), porém em áreas distintas (CARMO, 2015).

Já a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), tem dois grupos na mesma área. Ocorre o mesmo com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na qual, constam dois grupos na mesma área. No que concerne aos nomes das linhas, nem sempre consta em seu título a informação de que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03, o que pode ser identificado, entretanto, nas palavras-chave e nos objetivos de cada linha.

Como vimos anteriormente, a Lei 10.639/03 é obrigatória nos ensinos fundamental e médio. Ao observarmos os grupos que se voltam a estudá-la, sobretudo na educação, os estudos sobre ela ainda repercutiam pouco diante de sua abrangência no ano pesquisado, mesmo no âmbito da educação onde há maior presença de grupos voltados para lei, ainda é perceptível pouca adesão de um olhar analítico sobre ela.

5.2 Movimento Negro

O Movimento Negro é um dos grandes responsáveis pelas conquistas alcançadas nas esferas políticas e educacionais que contribuem para a educação das relações etnicorraciais. Foi um grande propulsor para a conquista de políticas públicas para a população negra, alcançadas por meio das articulações e fortalecimento do Movimento Social Negro (MSN).

Para Pereira (2008), no Brasil, o uso comum do termo “movimento negro” ocorreu por meio de vários grupos e entidades surgidas durante a década de 1970, que apresentam um processo historicamente construído na denúncia do racismo e no mito da democracia racial no Brasil. Para o autor, o conceito de Movimento Negro (MN) compreende:

Grupos, Entidades e Militantes negros que buscam a valorização do negro e da Cultura Negra e se colocam diretamente contra o racismo, buscando, através deste combate, o respeito da sociedade e a melhoria das condições de vida para a população afro-brasileira (PEREIRA, 2008, p. 26).

O autor pontua que na compreensão de uma nova “Cultura de Consciência Negra”, existe um universo maior de pessoas envolvidas na luta antirracista que não estão vinculadas a órgãos, grupos ou entidades e que fazem parte do movimento negro, como por exemplo:

Intelectuais negros de formação política ou acadêmica tradicional que incorporam em sua intervenção a temática das relações raciais e temas correlatos; Personalidades negras de destaque que abraçam (a seu modo) a luta contra o racismo; Negros atuantes, com sua Consciência Negra, nas manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras e nos mais diversos tipos de instituições políticas,

culturais, artísticas, educacionais, sindicais, assistenciais etc. (PEREIRA, 2008, p. 27).

A citação anterior reforça a ideia de que, o MN é um movimento social que reúne diferentes sujeitos na luta para a promoção da igualdade racial. Pereira (2008) apresenta em sua obra, a trajetória desse movimento evidenciando três impulsos importantes para um salto:

- a) O primeiro impulso, na década de 1930, com o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB), criada em outubro de 1931 em São Paulo, cujos principais líderes foram José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrecio e Raul Joviano, com a finalidade de “exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira” (INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO BRASILEIROS, [19--]).

Nessa organização funcionava o jornal, O Menelik, considerado como um dos principais jornais para a FNB, atuando na disseminação das informações e notícias relevantes ao conhecimento da sociedade, que posteriormente foi sucedido pelo jornal O Clarim d’Alvorada.

A Frente Negra Brasileira foi constituída também em outros estados como “Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Espírito Santo; [...]. O grupo possuía vários departamentos, dividindo-se em núcleos de educação, esportes, música, cultura e feminismo” (SILVA, 2009, p.20). Ainda conforme a autora, é importante ressaltar a participação voluntária das professoras na Frente Negra com as várias ações que desempenharam na época como: “manutenção de bibliotecas de bairro, aulas de alfabetização, de técnicas para serviços domésticos e de inglês” (SILVA, 2009, p. 20). Possibilitava dessa forma, o acesso ao conhecimento sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Essa entidade assumiu um caráter político e se organizou como partido, porém foi desativada em 1937, devido à institucionalização do Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas.

- b) O segundo impulso, destaca o advento do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 no Rio de Janeiro, por Abdias do Nascimento, com o objetivo de que os negros participassem do teatro que os integrava como atores e atrizes. “Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte” (NASCIMENTO, 2004, p. 220). Conforme Nascimento (2004), o objetivo do TEN não era aumentar o número de produções acadêmicas e nem de outros escritos, mas de promover uma interação social entre brancos e negros. O Teatro Experimental do Negro obteve expressivos resultados, proporcionando que negros e negras pudessem realmente estar em cena e protagonizassem papéis importantes enquanto artistas, podendo ser autores de seus próprios textos de acordo com seus ideais.
- c) E o terceiro impulso, caracterizado pela criação e consolidação, durante a década de 1970, do Movimento Negro Unificado (MNU). O Movimento Negro “ressignifica” e “politiza” a ideia já existente sobre raça fazendo compreender como ela pode atuar na “construção de identidades étnico-raciais” (GOMES, 2017, p. 21). Ainda conforme a autora, o MN atua como educador e não somente como ativista:

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (GOMES, 2017, p. 22).

Como afirma Gomes (2017, p. 23) livro novo ver o MN é um “ator político”, que atua como “educador de pessoas, coletivos e instituições sociais” no decorrer de toda a sua trajetória.

Na educação, os livros didáticos não retratavam de forma positiva a imagem da população negra, sendo negligenciadas todas as conquistas e superações que todos(as) eles(as) vivenciaram e construíram durante a história do país, dificultando

dessa maneira, o reconhecimento de suas ações e também a dificuldade de aceitação da identidade negra de cada pessoa.

Contudo, pode-se perceber dentre os (as) muitos(as) intelectuais negros(as), a importância dos papéis que exerceram e exercem para a sociedade e também à história que construíram por meio da luta e realização de seus objetivos, com o intuito de que a população negra obtivesse o devido reconhecimento pelos seus trabalhos e produções, nas áreas acadêmicas, artísticas, culturais ou políticas.

Segue o quadro 7 representando as áreas e instituições que desenvolvem estudos sobre a temática Movimento Negro.

Quadro 7 – Movimento Negro: áreas e instituições

| ÁREAS | Movimento Negro/Instituição |
|--------------|--|
| Antropologia | Universidade de Brasília; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade Federal de Santa Catarina |
| Educação | Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Alagoas Universidade Federal de São Carlos; Universidade de Brasília; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Minas Gerais Universidade Federal do Pará; Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro |
| Geografia | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| História | Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Universidade Federal de Alagoas; |

| | |
|--------------------------------|---|
| | Universidade Estadual de Alagoas; Universidade Federal do Rio Grande Universidade de São Paulo |
| Ciência Política | Instituto Federal de Alagoas - Matriz |
| Psicologia | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| Sociologia | Universidade de São Paulo; Universidade do Vale do Rio dos Sinos Universidade Federal do Ceará; Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| Serviço Social | Universidade Estadual de Londrina |
| Planejamento urbano e regional | Universidade Federal Fluminense |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

De acordo com o quadro 7, a área da Educação e História, têm, cada uma delas, um total de oito instituições que fomentam estudos em seus grupos de pesquisa, sobre as questões relacionadas ao Movimento Negro. Neste caso, entendemos que essa representatividade em ambas as áreas, ocorre assertivamente, pelas grandes contribuições que o Movimento Negro propiciou para a história e educação da humanidade.

Sendo assim, acreditamos que, certamente, as discussões e epistemologias produzidas pelos grupos são de extrema importância, uma vez que, os direitos adquiridos até hoje pela população negra, foram concretizados, por intermédio das agendas de reivindicações e lutas do Movimento Negro.

5.3 Mulheres Negras

A história que não é disseminada pela hegemonia eurocêntrica, tem diversas mulheres negras como atuantes e indispensáveis para o desenvolvimento de políticas e constructos sociais. No Brasil, país dominado pela colonialidade portuguesa, perpetua esse memoricídio e a prática do apagamento histórico.

Conforme Ribeiro (1995, p. 446) “os movimentos feministas e negros ressurgem no Brasil em meados dos anos 70”, buscando lutar pela democracia e o fim das desigualdades sociais, objetivando a conquista da cidadania. No entanto, os

movimentos citados não representavam as mulheres negras, assim como a dificuldade de considerar a diversidade dentro dos mesmos, surgindo então, a necessidade de criar um movimento específico, nos quais os ideais das mulheres negras e a diversidade fossem representados. Sendo assim,

As mulheres negras participantes desses dois movimentos conscientes da importância de seu papel na história buscaram desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isto, não só contribuíram para a conquista de maior visibilidade como sujeitos políticos perante esses movimentos e a sociedade como trilharam um caminho próprio através da construção do movimento autônomo de mulheres negras (RIBEIRO, 1995, p. 446).

Entendendo que os movimento de mulheres negras têm demandas específicas, em meados dos anos oitenta ocorre então “um momento de mudança para as mulheres organizadas em torno do dismantelamento do racismo, do sexismo - suas causas e consequências” (SILVA, 2017, p.2). Conforme aponta Silva (2017) o feminismo negro, dos anos oitenta, tinha como principais características nas suas reivindicações e demandas, não só temas que abordassem as questões relacionadas diretamente às mulheres negras, mas, todos os assuntos que estivessem ligados à comunidade negra.

Além disso, pensar em um movimento de mulheres negras é entender que os encontros de gênero e raça são inseparáveis (KILOMBA, 2019). As construções racistas são baseadas em papéis de gênero, assim como, as construções de gênero têm impactos na experiência do racismo (KILOMBA, 2019).

De acordo com Silva (2017), o movimento de mulheres negras tem em sua trajetória nomes atuantes como: Vilma Lúcia de Oliveira; Lea Garcia; Pedrina de Deus; Lélia Gonzales; Benedita da Silva, Raimunda Nilma de Mello Bentes, Rosangela de Paula, dentre diversas outras ilustres mulheres, como a própria orientadora deste trabalho, Joselina da Silva, que estavam na linha de frente no combate às desigualdades raciais, e principalmente, nas questões que interseccionavam gênero, raça e classe.

Sendo assim, com as diversas atuações de mulheres negras, nos anos 1980, essas mulheres:

[...] fortaleceram o seu papel como sujeitos políticos incrementando, a partir do caráter específico de sua organização, a denúncia sobre sua condição de vida precarizada (enquanto mulher, negra e

trabalhadora) do ponto de vista econômico, social e político (RIBEIRO, 2014, p.135).

Conforme Ribeiro (2014), três publicações importantes contribuíram para o fortalecimento do movimento, bem como, para maiores reflexões e problematizações no que se refere às mulheres negras. De acordo com a autora, são eles: o texto de Sueli Carneiro e Thereza Santos (Mulheres Negras, 1985); o caderno de Fátima Oliveira, Matilde Ribeiro e Nilza Iraci (A mulher negra na década: a busca da autonomia, 1995) e a publicação de Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely Oliveira (A mulher brasileira nos espaços público e privado, 2004).

Isso ocorre, uma vez que, “os três trabalhos baseiam-se em dados socioeconômicos e sociais com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a mulher, como sujeito político” (RIBEIRO, 2014, p. 136), possibilitando assim, a ampliação das discussões em torno dos movimentos de mulheres negras, principalmente por entender as suas lutas e histórias.

Sendo assim, as diversas articulações, reflexões e lutas do movimento de mulheres negras proporcionaram a criação de vários órgãos, com o objetivo de desenvolver políticas públicas para a promoção da igualdade racial e no combate à discriminação racial contra mulheres. Dentre elas, podem ser citadas “as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres” (CARNEIRO, 2003, p. 117).

Destarte, faz-se necessário destacar a importância dos grupos de estudos sobre mulheres negras, devido ser uma temática pouco representada no Diretório do CNPq. Segue o quadro 8 representando os grupos e linhas de pesquisa sobre mulheres negras, especificando as áreas e instituições que contemplam as pesquisas desenvolvidas, determinando os assuntos estudados por meio das linhas presentes nos grupos.

Quadro 8 – Grupos e Linhas de pesquisa sobre Mulheres Negras

| ÁREA | GRUPOS | LINHAS | INSTITUIÇÃO |
|-------------------------|--|--|-------------|
| Antropologia | Núcleo De Estudos Afro Brasileiros – NEAB | Gênero, Educação e Etnicidade | UFMA |
| Ciência Política | Grupo de estudo, pesquisa e extensão: políticas públicas de promoção de igualdade racial e de gênero, desenvolvimento e territorialidade | Reflexões sobre a dinâmica dos movimentos sociais, em especial o movimento negro, movimento de mulheres e organização de mulheres e juventude negros | UNILAB |
| Educação | Grupo de Estudos e Pesquisa Em Educação, Gênero, Raça e Etnia | Formação de professores para a educação das relações étnico-raciais; Participação social, política e cultural da mulher | UEMS |
| | Programa de Educação Sobre Negro na Sociedade Brasileira | Mulher Negra e Educação | UFF |
| Educação | Núcleo De Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação | Gênero e Raça; Trajetórias de Professoras e Alunos em Mato Grosso | UFMT |
| | Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU | Relações Raciais, Movimentos Sociais, Gênero e Educação | UFPA |
| Enfermagem | Saúde da Mulher, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia | Determinações de gênero, raça e etnia na saúde reprodutiva | UFBA |
| História | GEAB: Grupo de Pesquisas em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena | História e cultura afro-brasileira | UniCEUB |
| | Populações Negras: Pesquisa e Extensão | Mulheres Negras na Diáspora: empoderamento, Religiosidade e Educação | UNEB |
| Letras | Linguagens, Literaturas e Diversidades | Literatura afrofeminina | UFRB |
| Saúde Coletiva | Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia | Feminismo negro - ativismo/movimento | UFF |

| | | | |
|-----------------------|---|--|------|
| | Negra | social e políticas públicas para mulheres negras | |
| Serviço Social | Questão Social e Direitos Humanos na América Latina | Marxismo e A Resistência da Mulher Negra | UERJ |
| Sociologia | Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em relações raciais, gênero e movimentos Sociais | As diversidades regionais, nas construções de gênero e raça; Teoria e práxis dos movimentos sociais que abordem os recortes de gênero e raça, na região e suas fronteiras | UFC |
| | CANDACES: Grupo De Pesquisa Gênero, Raça, Cultura & Sociedade | Trajetórias, memórias e narrativas das mulheres negras | UNEB |
| | Núcleo de Estudos sobre Ética, Diversidade de Gênero, Etnia e Racismo | Mulher negra e políticas públicas | UFF |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O quadro 8 apresenta nove áreas distintas que compreendem os grupos recuperados sobre a temática mulheres negras. Foram identificados 15 grupos de pesquisa e 18 linhas vinculadas a 12 instituições, sendo que algumas se repetem devido contemplarem mais de um grupo de pesquisa. Os resultados foram obtidos por meio da consulta na base do diretório pelo termo: mulher negra. Pode-se perceber no quadro 4, que as áreas mais frequentes são educação e Sociologia, enquanto no quadro 3, educação é a área mais representada.

A área da educação contempla o maior número de grupos sobre as temáticas estudadas neste trabalho. Tais resultados estão ligados à efetividade da Lei 10.63/2003 que possui relação diretamente com a área educação. É importante ressaltar, que a temática “mulheres negras” foi representada de forma específica no quadro 4, pelo fato de compreender poucos grupos e linhas de pesquisa, objetivando assim, dar maior visibilidade aos grupos existentes.

Percebe-se também a grande pluralidade de temas presentes nas linhas. Ou seja, embora a busca seja pelo termo mulheres negras, a aproximação se dá por meio de diferentes palavras-chave. Assim, há grupos onde a organização social destas mulheres é a principal linha analítica, os que tratam da saúde reprodutiva,

bem como a formação de professores(as). Há também a presença da categoria diáspora entre as linhas, o que ajuda a ampliar o escopo teórico e analítico para além das fronteiras nacionais brasileiras.

5.4 Africanidades

O conceito de africanidades perpassa as influências/vivências geradas pelos povos africanos, que fazem parte do nosso dia a dia, como por exemplo, a culinária e/ou a capoeira, ou seja, a representação na sociedade e meio acadêmico, das culturas, religiões, culinária e saberes.

Pensar africanidades é referir “às raízes da cultura brasileira que têm origem africana”, isto é, compreender como essas raízes se fortaleceram para a construção da nossa atual cultura (SILVA, 2008, p.151). Por certo, concordamos com Silva (2008, p.151) que ao pensar em raízes, “estamos nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprias dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana”, marcas estas, presentes e representadas em toda a estrutura da nossa sociedade, nos mais diversos espaços.

Na medida em que entendemos a construção das africanidades, vale ressaltar que, elas se constituem para além daquilo que é material, constituindo-se por intermédio das ancestralidades africanas. Esses valores ancestrais africanos, fizeram parte do desenvolvimento dos países colonizados, passando assim, a serem parte da constituição desses países (FERREIRA, 2009).

Pensarmos em ancestralidades e africanidades é perceber que o processo dessas africanidades vem sendo construído há mais de cinco séculos no país, e que africanos escravizados e seus descendentes ao terem contato com outros grupos étnicos participaram da construção da nossa nação brasileira, influenciando nos outros suas epistemologias e saberes culturais, bem como, incorporando nas suas práticas diárias as influências advindas dos outros grupos (SILVA, 2008, p. 152).

Pensar em africanidades não é apenas remeter-se ao continente africano, mas, entender que todos os saberes para as construções de subjetividades e de empoderamento da população negra são advindas de uma ancestralidade, que mesmo com a escravização de um povo durante séculos, resistiu e ainda resiste a fim de corroborar com a luta de um povo por igualdade de direitos.

Para além do processo de africanidades na construção de nossa sociedade, torna-se importante destacar, a presença dessas epistemologias nos espaços acadêmicos, uma vez que, as africanidades se constituem também como campo de estudos, podendo assim, dialogar com as diversas áreas do conhecimento, bem como, contribuir com a construção de conhecimentos e produção científica.

Diante do exposto, destacamos a necessidade de “desfolclorizar” as africanidades, e para isso, faz-se necessário o “intercâmbio com grupos do Movimento Negro, à familiaridade com obras de autores negros e também não negros, que permitam a realidade das relações interétnicas em nosso país” (SILVA, 2008, p. 165). É evidente dessa forma, as construções epistemológicas que foram e são constituintes da cultura brasileira, como a riqueza cultural e multifacetada do nosso país. Por isso, o estudo das africanidades torna-se uma estratégia de preservação da memória e ancestralidade africana.

O quadro 9 demonstra as áreas e instituições recuperadas no diretório sobre a temática africanidades.

Quadro 9 – Africanidades: áreas e instituições

| ÁREAS | TEMÁTICA – Africanidades/Instituição |
|--------------|---|
| Antropologia | Universidade Estadual de Santa Cruz |
| Educação | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal de Juiz de Fora Universidade Federal do Ceará Instituto Federal de Santa Catarina Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal de Pernambuco Universidade Federal de Campina Grande Universidade Federal do Piauí Colégio Pedro II; Universidade do Estado de Mato Grosso; Universidade Federal de Uberlândia Universidade Regional do Cariri Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará |

| | |
|------------|---|
| | Universidade Federal do Pará Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal de São Carlos |
| História | Universidade Estadual de Londrina; Centro Universitário de Brasília; Universidade Regional do Cariri; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Universidade Federal do Amazonas |
| Letras | Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora Universidade Federal de Mato Grosso; Universidade Federal do Piauí; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal do Espírito Santo |
| Psicologia | Universidade Paulista |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir dos dados apresentados, a temática africanidades possui uma maior quantidade de grupos de pesquisas na área da educação, estando representados por 19 instituições, enquanto as outras temáticas possuem 1, 5, 6 e 1 nas áreas de Antropologia, História, Letras e Psicologia respectivamente.

Novamente, a área da Educação se faz presente nos questionamentos a temas que envolvam as relações étnico-raciais. Consideramos que esses resultados expressivos, quando comparados os números com as demais áreas, ocorre devido a área da Educação ser uma das principais responsáveis para a aplicabilidade da Lei 10.639/03 na educação básica.

Diante disso, é notório que as questões relacionadas à temática Africanidades são de extrema relevância, tendo em vista que, por meio das mesmas conhecemos as expressões da cultura, espiritualidade e ancestralidade da população negra.

5.5 Ações afirmativas

As ações afirmativas são compreendidas pelo conjunto de políticas públicas sociais que objetivam corrigir desigualdades socioeconômicas voltadas para

diferentes grupos discriminados, que neste caso, trata-se da população negra. Conforme Silva (2006), essas políticas devem beneficiar tais grupos oferecendo igualdades de oportunidades no trabalho, saúde, educação e no acesso a diferentes recursos.

Fundamentando o pensamento de Silva (2006) e Gomes (2001), as ações afirmativas são definidas como

[...] políticas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p. 132).

Diferentes atores e órgãos podem estar envolvidos na execução de políticas de ações afirmativas, não sendo apenas ao governo essa obrigatoriedade. Gomes (2001) ressalta que essas políticas podem ser

[...] impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, aptas a inculcar nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano (GOMES, 2001, p. 132).

Destarte, no que se refere à temática das relações raciais no Brasil, o movimento negro tem sido um dos grandes responsáveis pela inserção desse debate na agenda pública e política, discutindo sobre a invisibilidade da população negra na sociedade e buscando lutar contra as desigualdades raciais.

Neste sentido, as ações afirmativas no Brasil são originadas da necessidade de proporcionar oportunidades na medida em que se percebem as injustiças sociais sofridas por um determinado grupo e são planejadas para corrigir essas desigualdades existentes, como por exemplo, as cotas para pessoas negras.

A Lei 12.711 de 29 de agosto do ano 2012, dispõe sobre a reserva de 50% das vagas a pessoas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, além de contemplar também a reserva de vagas às pessoas negras (pretas, pardas, indígenas e pessoas com deficiência) para o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino médio e técnico (BRASIL, 2012). As políticas de cotas, sejam para ingresso em instituições de ensino superior, bem como para cargos nos serviços públicos, são ações desenvolvidas pelo Estado, em forma de Lei, a fim de reparar historicamente as desigualdades sociais e raciais perpetuadas também pelo mito da democracia racial.

Faz-se importante ressaltar que embora a lei de cotas universitárias já exista desde 2012, durante e após a sua promulgação, as cotas “foram alvo de centenas de ações judiciais, movidas por estudantes que teriam se sentido lesados por tais medidas” (SILVÉRIO; MEDEIROS, 2016, p. 86). Isso se dá, uma vez que, as elites brasileiras se sentiram incomodadas com o aumento de ingressantes vindos de escolas públicas, bem como, de pessoas negras nas universidades.

Sendo assim, além das cotas raciais na área da educação, é obrigação do Estado, promover políticas que possibilitem direitos e acessos igualitários. Contudo, as políticas de ações afirmativas são práticas de reparações, principalmente advindas do racismo institucional que impediu durante muito tempo o acesso e a permanência da população negra nos espaços institucionais.

O quadro 10 demonstra as áreas e instituições que são contempladas com a temática das ações afirmativas.

Quadro 10 – Ações afirmativas: áreas e instituições

| ÁREAS | Ações afirmativas/Instituição |
|--------------|--|
| Antropologia | Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Universidade do Estado do Pará Universidade Federal do ABC Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Federal de Pelotas Universidade Estadual de Santa Cruz |

| | |
|-----------|---|
| | <p>Universidade Federal de Santa Catarina</p> <p>Universidade de São Paulo</p> <p>Universidade Estadual de Maringá</p> <p>Universidade do Vale do Rio dos Sinos</p> |
| Direito | <p>Universidade de Brasília</p> <p>Universidade Federal de Santa Catarina</p> |
| Educação | <p>Universidade Federal do Pará</p> <p>Universidade Federal de Santa Catarina</p> <p>Instituto Federal de Santa Catarina</p> <p>Universidade do Estado da Bahia</p> <p>Universidade Estadual de Goiás</p> <p>Instituto Federal de Brasília</p> <p>Universidade Federal de São Carlos;</p> <p>Instituto Federal de Santa Catarina;</p> <p>Universidade Federal do Acre</p> <p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</p> <p>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</p> <p>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul</p> <p>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</p> <p>Universidade Federal da Grande Dourados;</p> <p>Universidade de Passo Fundo</p> <p>Instituto Federal do Maranhão</p> <p>Universidade Federal do Paraná</p> <p>Universidade Federal de Uberlândia</p> <p>Universidade Federal de Minas Gerais</p> <p>Universidade do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Universidade do Estado de Minas Gerais</p> <p>Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Universidade Federal de Mato Grosso</p> <p>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho</p> |
| Geografia | <p>Universidade do Estado do Rio de Janeiro</p> |
| História | <p>Universidade Estadual de Goiás</p> <p>Universidade Federal do Rio Grande</p> <p>Universidade de São Paulo</p> |

| | |
|------------------|---|
| Ciência Política | Universidade do Estado do Rio de Janeiro Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro |
| Letras | Universidade do Estado da Bahia Universidade Federal do Espírito Santo |
| Sociologia | Instituto Federal de Brasília Fundação Carlos Chagas Universidade do Vale do Rio dos Sinos Universidade Federal da Bahia |
| Serviço Social | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| Museologia | Instituto Brasileiro de Museus |
| Linguística | Universidade de Brasília |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Percebemos que as áreas da Antropologia (12 instituições) e Educação (24 instituições) são as que possuem um maior número de grupos de pesquisa na temática supracitada. Logo, compreendemos que a concentração dos estudos nessas áreas sobre ações afirmativas possui uma relação direta com a lei de cotas, devido estar voltada ao ingresso nas instituições de ensino.

5.6 Racismo Institucional

O conceito de racismo institucional deve ser mencionado para que seja compreendida a abrangência do termo. Neste sentido, pesquisadoras intelectuais no campo dos estudos das relações raciais, como Jurema Werneck, define o racismo institucional como:

[...] a forma de racismo que se estabelece nas estruturas de organização da sociedade, nas instituições, traduzindo os interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes. No caso da maioria dos países da diáspora africana – no Brasil inclusive –, esse conceito fala não só do privilégio branco, mas de suas ações para controle, manutenção e expansão dessas prerrogativas via apropriação do Estado (WERNECK, 2005, p. 339-340).

Conforme a autora, o racismo institucional atua provocando desigualdades no acesso aos serviços e oportunidades para a população negra no cotidiano das

organizações e instituições da sociedade. E isso corrobora com as disparidades entre pessoas negras e brancas.

O racismo institucional, como constituinte da estrutura colonial, é revelado no funcionamento da sociedade, por intermédio de mecanismos rotineiros e ações realizadas pelas instituições públicas ou privadas, que explícitas ou não, provocam essas desigualdades de acesso aos serviços e oportunidades, utilizando-se de obstáculos formais estabelecidos nas relações sociais, que, conseqüentemente dificultam o acesso e a presença de pessoas negras nesses espaços institucionais, perpetuando assim, a inferioridade de corpos de pessoas negras (SANTOS, 2013).

Essa dominação de corpos, nada mais é do que a funcionalidade da estrutura social, que visa a todo tempo tornar aquilo que não advém da Europa, como inferior e passível de usabilidade do corpo para interesses próprios e da lógica colonial dominante.

Vale destacar que, conforme Santos (2013, p.28), essas estruturas usuais do racismo institucional tem uma discriminação que “pode ser sistêmica em vez de pessoal e, por conseguinte, mais difícil de identificar e de compreender, quando está internalizada e naturalizada por discursos de que se vive em um país miscigenado”. Utilizando assim, de uma falsa democracia racial, a fim de produzir hierarquias pelas práticas institucionais.

Essa discriminação sistêmica, que é parte do racismo estrutural, ao mesmo tempo, intersecciona-se com o racismo sutil e ao racismo velado, atuando de tal maneira, que não nos permite questionar o porquê das desigualdades sociais no nosso país e muitas das vezes, não nos permite enxergar as estruturas que hierarquizam nossa sociedade, fazendo com que sejam reproduzidas práticas racistas no dia a dia, contribuindo com a manutenção da colonialidade.

Destarte, entender o racismo institucional e como ele atua/perpetua-se é necessário para que possam ser traçadas estratégias antirracistas, que democraticamente permitam que pessoas negras ingressem nesses espaços institucionais, que ao mesmo tempo, são espaços de poder.

O racismo institucional pode ser entendido como estrutura advinda pela colonialidade, que utiliza desses mecanismos institucionais com o intuito de negar o acesso a esses espaços de poder, e quando é permitido ocorre de forma discriminatória, com o intuito de minimizar/invisibilizar essas pessoas, assim com a sua história, intelectualidade e cultura. O racismo institucional então, sai da

construção ideológica e passa a ser um fenômeno institucionalizado, isto é, atua de forma com que forneça privilégios aos sujeitos brancos, os colocando em vantagem em relação aos demais grupos racializados (KILOMBA, 2019).

Neste sentido, vale ressaltar que esse tipo de racismo se mantém pela atuação do Estado em seus espaços institucionais, utilizando-se dessa estrutura para a perpetuação do racismo velado sobre a população negra brasileira. Logo, as políticas de ações afirmativas têm papéis importantes na luta diária contra o racismo institucional, uma vez que, são essas políticas que propiciam o acesso de pessoas negras a esses espaços na busca de minimizar os privilégios da hegemonia branca.

Segue o quadro 11 ilustrando as áreas e instituições contempladas pela temática do racismo institucional.

Quadro 11 – Racismo Institucional: áreas e instituições

| ÁREAS | Racismo Institucional/Instituição |
|----------------|--|
| Educação | Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| Saúde Coletiva | Universidade do Extremo Sul Catarinense; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal de Alagoas |
| Demografia | Universidade Católica de Salvador |
| Linguística | Universidade Católica de Salvador |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O quadro 11 apresenta as quatro áreas identificadas na busca realizada no diretório, sendo a Saúde Coletiva, a mais representada entre as instituições e consequentemente que possui mais grupos de pesquisa.

Nota-se que se trata de uma temática ainda pouco discutida no âmbito acadêmico, assim como a pouca expressividade de grupos de estudos na plataforma do CNPq, mas, é importante ressaltar que a área da Educação se faz presente também nos estudos dessa temática, embora sejam realizadas por apenas duas instituições, identificadas na pesquisa, isso mostra que já se iniciaram os questionamentos às estruturas de poder institucionalizadas, e a partir dessas

reflexões e estudos levantados, outras instituições possam também perceber as necessidades de discutir sobre o tema e buscar formas de combate ao racismo institucional.

5.7 Igualdade Racial

Do ponto de vista acadêmico, existem diferentes pesquisas que apontam a existência de desigualdades raciais entre grupos, como negros e brancos, na sociedade brasileira e que necessitam de debates em prol de uma igualdade racial.

No texto de Theodoro (2008), é possível observar o quanto as discussões sobre as relações raciais e políticas públicas para a promoção da igualdade racial no Brasil têm sido difícil a abertura desse espaço para debate e também a implementação dessas políticas. Em uma visão contemporânea, ainda há muito a ser feito para que essa realidade possa ser modificada.

Portanto, o conceito de igualdade racial parte da concepção de que todas as pessoas, independente do seu pertencimento étnico-racial, merecem ter os mesmos acessos à serviços e oportunidades em todos os âmbitos da sociedade, seja público ou privado. No Brasil são as pessoas negras que historicamente têm ficado à margem dos direitos básicos de sobrevivência, como saúde, educação e trabalho.

Neste sentido, o movimento negro e pessoas que compartilham dos mesmos ideais, interessadas em modificar essa situação, vêm desenvolvido ações e estratégias para denunciar esse cenário e alterar positivamente o modo de viver desse grupo na realidade social brasileira, a exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial.

O Estatuto da Igualdade Racial, legitimado pela Lei 12.288 de 20 de junho de 2010, expressa em seu texto as legítimas demandas da população negra brasileira e passa a ser um instrumento ao combate das desigualdades raciais no país (BRASIL, 2010). Conforme o art. 1º da Lei 12.288/10, o Estatuto da Igualdade Racial é:

[...] destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010, p.7).

Ou seja, com o estatuto, o Estado passa a ser obrigado a formular políticas públicas que possam garantir à população negra brasileira uma igualdade de oportunidades, além de combater as discriminações raciais, que conceituam-se como

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2010, p.7).

Por certo, ao compreender as complexidades das relações raciais e assumir seu papel para uma igualdade racial, o Estado, também entende que as desigualdades estão também presentes nas relações de gênero e raça, isto é, existem fatores que acentuam a desigualdades e a distância social entre as mulheres negras e os demais grupos (BRASIL, 2010).

Ainda no Estatuto, para a consecução dos objetivos da lei, ela institui a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), a fim de organizar e articular estratégias e implementação de políticas e serviços que objetivam a superar as desigualdades étnicas no Brasil, atuando nas esferas: do direito à saúde; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos; do acesso à terra e à moradia adequada; do trabalho; dos meios de comunicação, entre outras disposições (BRASIL, 2010).

Por fim, compreendemos igualdade racial, como um dos objetivos do Movimento Negro e do movimento de mulheres negras, a fim de combater o racismo estrutural e institucional do nosso Estado, utilizando-se de mecanismos como as ações afirmativas, Lei 10.639/03 e a Lei 12.288/10, na busca de igualdade de direitos para assim garantir uma igualdade racial.

O quadro 12 demonstra as áreas e instituições das diversas regiões que possuem grupos de pesquisa sobre a temática igualdade racial. Importante ressaltar que os grupos podem contemplar mais de uma temática porque são formados por linhas que podem tratar de diferentes assuntos.

Quadro 12 – Igualdade Racial: áreas e instituições

| ÁREAS | Igualdade Racial/Instituição |
|------------------|--|
| Antropologia | Universidade Federal do Maranhão |
| Direito | Centro Universitário de João Pessoa |
| Educação | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade do Estado da Bahia; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal de Campina Grande |
| História | Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande |
| Ciência Política | Universidade de Brasília; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira |
| Letras | Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Oeste do Pará; Fundação Universidade Regional de Blumenau |
| Saúde Coletiva | Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O quadro supracitado compreende sete áreas distintas, das quais apenas três se destacaram por representarem mais instituições que as demais, sendo Educação (4 instituições); Letras (3 instituições) e Saúde Coletiva (3 instituições).

Representa-se a seguir o quadro 13 realizando uma síntese sobre os quadros supracitados para uma melhor compreensão.

Quadro 13 – Síntese do quantitativo de instituições e grupos por áreas e temáticas

| TEMÁTICAS | INST. | ÁREAS |
|-----------------------|----------|--|
| MULHERES NEGRAS | 13 INST. | Antropologia, Educação (4) , História, Ciência Política, Letras, Enfermagem, Sociologia, Saúde Coletiva |
| AFRICANIDADES | 32 INST | Antropologia, Educação (22) , História, Letras, Psicologia. |
| AÇÕES AFIRMATIVAS | 55 INST | Antropologia (13), Direito, Educação (34) , Geografia, História, Ciência Política, Letras, Sociologia, Serviço Social, Museologia e Linguística. |
| IGUALDADE RACIAL | 16 INST. | Antropologia (1), Direito, Educação (5) , História, Ciência Política, Leras, Saúde Coletiva (3) |
| RACISMO INSTITUCIONAL | 8 INST. | Educação (2) , Saúde Coletiva (4), Demografia, Linguística. |
| MOVIMENTO NEGRO | 31 INST. | Antropologia (6), Educação (8) , Geografia, História (10), Ciência Política, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Planejamento urbano e regional |
| LEI 10.639/03 | 36 INST. | Artes, Antropologia, Ciência Política, Educação (16) , História, Letras, Museologia e Sociologia. |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O quadro 13 demonstra que a área da educação se destaca em relação à quantidade de instituições que possuem grupos de pesquisa. As temáticas mais representadas são: ações afirmativas, presentes em 55 instituições; Lei 10.639/03 em 36 instituições; africanidades em 32 instituições e Movimento Negro em 31 instituições. Destas temáticas, a maioria encontra-se na área da Educação. Importante ressaltar também, que a Antropologia se destaca nos estudos sobre ações afirmativas, igualdade racial e Movimento Negro.

Contudo, percebe-se a relevância dos grupos de pesquisa formados no ambiente acadêmico, podendo contribuir para uma educação antirracista dos discentes e futuros profissionais. Nesse âmbito, proporcionar ações que contribuam para a implementação efetiva da Lei 10.639/03.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram identificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq, quais grupos realizam estudos sobre a Lei 10.639/03, igualdade racial, mulher negra, ações afirmativas, africanidades, racismo institucional e Movimento Negro, com o intuito de identificar os grupos de estudos que desenvolvem pesquisas sobre relações raciais, inclusive na área da educação.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq permite realizar essa análise em âmbito nacional e por meio do ambiente digital, facilitando o acesso e a recuperação dos dados. Os suportes informacionais estão se tornando mais acessíveis conforme a expansão das pesquisas e produções, facilitando dessa forma, o acesso mais rápido aos conteúdos desejados.

Os caminhos delineados nesse estudo foram criteriosos na busca e seleção dos grupos de pesquisa, assim como a identificação das áreas e instituições por meio dos termos previamente selecionados.

Durante o processo de pesquisa e recuperação dos dados foram encontradas algumas dificuldades na identificação dos grupos. Nas etapas de busca pelos termos, os grupos eram recuperados, porém nem todos faziam parte das temáticas pesquisadas. A partir dos resultados, foi necessário a consulta específica em cada grupo para identificação das temáticas estudadas pelos mesmos. Em outros casos, para conferências posteriores, utilizava-se o nome do(a) pesquisador(a) para conferência dos conteúdos cadastrados, porque em alguns momentos, o sistema não localizava o nome do grupo de forma imediata, sendo necessárias várias tentativas para obter os resultados concretos.

A partir do levantamento foi possível identificar o quantitativo de 195 grupos de pesquisa sobre relações raciais, utilizando os termos selecionados neste trabalho para consulta no diretório. Destes, foram identificados 64 grupos (Apêndice A), que fazem parte da área da Educação. Essa totalidade corresponde a menos de 3% da quantidade de grupos sobre outras temáticas da mesma área. Ou seja, a necessidade de ampliar esses estudos ainda é notável, comparando-os com outros assuntos presentes na plataforma do CNPq.

Neste sentido, por meio dos resultados obtidos, foi realizado um recorte de gênero, identificando as pesquisadoras líderes destes grupos na área da educação, porém selecionando apenas a região nordeste, que está representada por 14 grupos

dentre os 64 identificados, contemplando diversas temáticas conforme demonstra o quadro 3. Vale ressaltar que existem inúmeras áreas que realizam pesquisas sobre relações raciais, porém neste trabalho foram selecionados apenas os grupos que pertencem à área da Educação.

Considero relevante, o entendimento de que podem existir outros grupos de pesquisa que desenvolvam trabalhos sobre as relações raciais, entretanto, por não estarem registrados no diretório, não foi possível identificar. Por conseguinte, os grupos de estudos identificados podem desenvolver pesquisas sobre outras temáticas, porém não foram contempladas neste trabalho por não fazer parte dos objetivos.

É importante ressaltar que o número de grupos de pesquisa recuperados por meio dos termos selecionados, ainda é mínimo em relação à quantidade total dos presentes no Diretório do CNPq.

Contudo, este trabalho procura contribuir para a divulgação dos estudos que vêm demonstrando a importância da implementação da Lei 10.639/03 e a discussão das temáticas relacionadas às relações raciais em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 7.716/89, alterada pela Lei Federal 9.459/97**. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Estatuto da igualdade racial**: Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: [http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s-Educacao das Relacoes Etnico-Raciais.pdf](http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s-Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf) . Acesso em: 20 jan. 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CARMO, Nicácia Lina do. **História e cultura afro-brasileira**: um olhar sobre o acervo das bibliotecas públicas do Crajubar. 2011. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal do Ceará (Campus Cariri), Curso de Graduação em Biblioteconomia, Juazeiro do Norte (CE), 2011.

CARMO, Nicácia Lina do. **A História e a cultura africana e afro-brasileira**: Lei 10.639/03 no Diretório dos Grupos de Pesquisa registrados no CNPq. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília: CNE, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O CNPq**. Brasília: CNPq, 2014. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=C3F96B0F024D45D62704C2E88578EF00>. Acesso em: 08 jan. 2016.

DECLARAÇÃO e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e

Intolerância Correlata. África do Sul, Durban: Ministério da Cultura, 2001. Disponível em: http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf. Acesso em: 20 jan. 2016.

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL. **O Diretório**. Brasília, DF: CNPq, 2016. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, ano 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. *In*: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos convergentes**: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll: ActionAid, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 236 p.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O projeto UNESCO na Bahia. *In*: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Livio (org.) **Projeto UNESCO no Brasil**: textos críticos. Salvador: EDUFBA, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 256 p.

JACOUD, Luciana. **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília, DF: Ipea, 2009, 233 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAIO, Chor Marcos. Modernidade e racismo: Costa Pinto e o projeto Unesco de relações raciais. *In*: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Livio (org.). **Projeto UNESCO no Brasil**: textos críticos. Salvador: EDUFBA, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.50, p. 220, jan/abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2020.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **Qual a cor da sua pele?** povo negro construindo identidades na diáspora. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajétória e perspectivas do Movimento Negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 446, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459/15033>.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986 – 2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SANTOS, Ivanir Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas do racismo**. Brasília: Edições Câmara, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista e do Movimento Negro. *In*: BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC, 2005. p. 21-37.

SANTOS, Sales Augusto dos. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 6, set. 2011. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/metamorfose-de-militantes-negros-em-negros-intelectuais>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SILVA, Graziella Moraes da. Ação afirmativa no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 131-165, 2006.

SILVA, Joselina da. **Mulheres Negras, histórias de algumas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVA, Joselina da. O pensamento das mulheres negras expresso nos jornais do Movimento Negro dos anos oitenta. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: [s. n.], 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498856348_ARQUIVO_Finalissimotextofazendogenero2017.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. p. 151-165.

SIVÉRIO, Valter Roberto; MEDEIROS, Priscila Martins. Ação afirmativa para negros e indígenas: um ensaio sobre a crise do discurso civilizacional e a reorientação nas políticas públicas de inclusão no Brasil. *In*: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter (org.). **Ações afirmativas no Brasil**: reflexões e desafios para a pós-graduação. São Paulo: Cortez, 2016. p. 86.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Ciência e Tecnologia no Brasil**: Uma nova política para um mundo global. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1993. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/novapol.pdf>

THEODORO, Mário. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. *In*: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília, DF: Ipea, 2008. p. 167-176.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. **Produção de conhecimento e circulação da informação na formulação de políticas públicas**: o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia. 2019. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1009>. Acesso em: 18 ago. 2020.

WERNECK, Jurema. Iniquidades raciais em saúde e políticas de enfrentamento: as experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. *In*. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Saúde da população negra no Brasil**: contribuição para a promoção da equidade. Brasília, DF: Funasa, 2005. p. 315-386.

**APÊNDICE A – PLANILHA DOS GRUPOS DE PESQUISA SOBRE RELAÇÕES
RACIAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

| Instituição | Grupo | Líder/2º líder |
|--|--|---|
| Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul | Grupo de estudos e pesquisa em educação, gênero, raça e etnia | Maria Jose de Jesus Alves Cordeiro/ Cintia Santos Diallo |
| Universidade Federal Fluminense – UFF | Grupo de Pesquisa Penesb | Iolanda de Oliveira/Márcia Maria de Jesus Pessanha |
| Universidade Federal de Mato Grosso | Núcleo de estudos e pesquisas sobre relações raciais e educação | Maria Lúcia Rodrigues Muller/ Candida Soares da Costa |
| Universidade Federal do Pará | Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU | Ivan Costa Lima/ Gisela Macambira Villacorta |
| Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | [GUETO] Grupo Unido para Educação e Trabalhos de Orientação | Jean Adriano Barros da Silva |
| Universidade Federal de Juiz de Fora | Antropologia, Imaginário e Educação | Julvan Moreira de Oliveira |
| Universidade Federal do Ceará | CEPEP - Cultura, Escola e Práticas Educativas Populares | Kelma Socorro Lopes de Matos/ Sandra Haydée Petit |
| Instituto Federal de Santa Catarina | Educação das relações étnico-raciais | Graciane Daniela Sebrão |
| Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | Estudos Culturais em Educação e Arte | Aldo Victorio Filho/ Aristóteles de Paula Berino |
| Universidade Estadual de Ponta Grossa | Estudos sobre educação, cultura e diversidades | Ligia Paula Couto/ Ione da Silva Jovino |
| Universidade Federal da Bahia | Griô: culturas populares, ancestralidade africana e educação | Eduardo David de Oliveira/ Pedro Rodolpho Jungers Abib |
| Universidade Federal de Pernambuco | Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades | Aurenéia Maria de Oliveira/ Nadia Patrizia Novena |
| Universidade Federal de Campina Grande | Grupo de estudos e pesquisas em africanidades e educação | Risomar Alves dos Santos |
| Universidade Federal de Pernambuco | Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação | Auxiliadora Maria Martins da Silva/ Maria da Conceição dos Reis |
| Universidade Federal do Piauí | IFARADÁ - Núcleo de pesquisa sobre africanidades e afrodes | Ana Beatriz Sousa Gomes/ Mairton Celestino da Silva |

| | | |
|--|--|---|
| Colégio Pedro II | Kizomba: grupo de pesquisa em africanidades do Colégio Pedro II - Realengo II | Valesca de Souza Almeida |
| Universidade do Estado de Mato Grosso | Núcleo de estudos de educação e diversidade | Marinez Cargnin-Stieler/ Hellen Cristina de Souza |
| Universidade Federal do Piauí | Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania-NEPEGECI | Maria do Carmo Alves do Bomfim/Shara Jane Holanda Costa Adad |
| Universidade Federal de Uberlândia | Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação para as relações étnico-raciais e Ações | Luciane Ribeiro Dias Gonçalves/Cairo Mohamad Ibrahim Katrib |
| Universidade Regional do Cariri | Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais | Cicera Nunes/Eliacy dos Santos Saboya Nobre |
| Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará | Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e | Janailson Macêdo Luiz/Ivan Costa Lima |
| Universidade Federal do Pará | Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e | Ivan Costa Lima/Gisela Macambira Villacorta |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais | Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas | Silvani dos Santos Valentim |
| Universidade Federal do Espírito Santo | Políticas de inclusão e educação para as relações étnico-raciais | Oswaldo Martins de Oliveira/Cleyde Rodrigues Amorim |
| Universidade Federal de São Carlos | Práticas Sociais e Processos Educativos | Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva/Maria Waldenez de Oliveira |
| Universidade Federal do Piauí | RODA GRIÔ - GEAfro: Núcleo de Estudos sobre Gênero, educação e afrodescendência | Francilene Brito da Silva/Francis Musa Boakari |
| Universidade Federal de São Carlos | Educação, Territórios Negros e Saúde (ETNS) | Rosana Batista Monteiro/Luís Eduardo Batista |
| Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | GPESURER - Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais | Ahyas Siss |
| Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | Afrosin (Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções) | Renato Nogueira dos Santos Junior |
| Universidade do Estado da Bahia | Educação Desigualdade e Diversidade | Delcele Mascarenhas Queiroz/Marcos Luciano Lopes Messeder |

| | | |
|--|--|---|
| Universidade Federal do Pará | Grupo de estudos afro-brasileiros e indígenas - GEABI UFPA/ALTAMIRA | Francilene de Aguiar Parente/Vilma Aparecida de Pinho |
| Universidade Federal de Campina Grande | Sociedade, Cultura e Educação | André Augusto Diniz Lira/Dorivaldo Alves Salustiano |
| Universidade Federal de Santa Catarina | Alteritas: Grupo de estudos e pesquisas sobre diferença, arte e educação | Ida Mara Freire/Joana Célia dos Passos |
| Universidade Federal de Alagoas | Educação e Relações Étnico-Raciais | Nanci Helena Rebouças Franco |
| Universidade Federal de São Carlos | Educação e Relações Étnico-Raciais | Tatiane Cosentino Rodrigues |
| Universidade de Brasília | GEPHERG - Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações | Renisia Cristina Garcia Filice |
| Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro | Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores/as, Currículo (s), Interculturalidade e | Maria Aparecida Silva Ribeiro/Claudia Miranda |
| Universidade Federal de Minas Gerais | Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas | Nilma Lino Gomes |
| Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro | ONDJANGO - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros | Alexandre do Nascimento |
| Universidade Federal do Pará | Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais/GERA | Mauro Cezar Coelho/Carlos Aldemir Farias da Silva |
| Instituto Federal de Santa Catarina | Amapô Odara: grupo de estudos sobre Educação, Gêneros, Corpos e Identidades | Luciana Pinheiro/Kênia Mara Gaedtke |
| Universidade do Estado da Bahia | CEDIC_Ações Afirmativas e Etnicidade: Ciências, Educação, Gestão e Religiosidades | Florentina da Silva Souza/Romilson da Silva Sousa |
| Universidade Estadual de Goiás | Centro interdisciplinar de estudos África-Américas | Maria Idelma Vieira D'Abadia/Mary Anne Vieira Silva |
| Instituto Federal de Brasília | Diversidade e Inclusão | Zora Yonara Torres Costa/Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos |
| Universidade Federal de São Carlos | Diversidade em Educação | Nilson Fernandes Dinis |
| Universidade Federal do Acre | Educação, culturas, identidades e cidadania. | Gilberto Francisco Dalmolin |

| | | |
|--|--|--|
| Universidade Federal da Paraíba | Educação, inclusão social e sustentabilidade | Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho/Ana Cristina Silva Daxenberger |
| Universidade Federal de São Carlos | Estudos Indígenas | Roseli Rodrigues de Mello |
| Universidade do Estado da Bahia | FIRMINA - POS-COLONIALIDADE: Educação, História, Cultura e Ações Afirmativas | Wilson Roberto de Mattos/Ivanilde Guedes de Mattos |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano | GPEDET - Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidade, Linguagens e Tecnologias | Izanete Marques Souza/Maria Eugênia Ruggiero de Guzzi |
| Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar - GEPPE/MB | Carina Elisabeth Maciel/Ana Luisa Alves Cordeiro |
| Universidade Federal da Grande Dourados | Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações étnico-raciais e Formação de professores | Eugenia Portela de Siqueira Marques/Marta Coelho Castro Troquez |
| Universidade de Passo Fundo | Movimentos sociais populares, estado e políticas públicas | Telmo Marcon/Eliara Zavieruka Levinski |
| Instituto Federal do Maranhão | NEABI/IFMA- Campus Maracanã | Maria do Socorro Coêlho Botelho/Washington Luís Ferreira Conceição |
| Universidade Federal de Minas Gerais | Núcleo de Educação de Jovens e Adultos | Análise de Jesus da Silva/Heli Sabino de Oliveira |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás | NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO | Tânia Mara Vieira Sampaio/Reinaldo de Lima Reis Júnior |
| Universidade Federal do Paraná | Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB-UFPR | Carolina dos Anjos de Borba/Paulo Vinicius Baptista da Silva |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Núcleo de Estudos Educação e Gestão do Cuidado | Rafael Arenhaldt/Silvio Antônio Bedin |
| Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Núcleo Interdisciplinar Resistência e Arte – NIRA | Monique Mendes Franco/Rita de Cássia Souza Leal |
| Universidade Federal de Santa Catarina | NUVIC - NÚCLEO VIDA E CUIDADO: ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIAS - | Patrícia de Moraes Lima/Joana Célia dos Passos |
| Universidade Federal de Mato Grosso | Políticas contemporâneas de currículo e formação docente | Ozerina Victor de Oliveira/Tânia Maria de Lima |
| Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | Políticas Sociais, relações Étnico-Raciais e Cidadania | Sarita Teresinha Alves Amaro/Claudete de Sousa Nogueira |

| | | |
|--|--|---|
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ | Presença Negra: educação, identidade e memória afro-brasileira na Baixada Fluminense | Lucineide Lima de Paulo |
| Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG | Núcleo de Estudos em Reafirmação Afrodescendente (NERA) | Orcione Aparecida Vieira Pereira/Kelly da Silva |